



Relatório Anual

2013

das atividades do BEI em África, nas Caraíbas e no Pacífico,
bem como nos territórios ultramarinos

Relatório Anual 2013 das atividades do BEI em África, nas Caraíbas e no Pacífico, bem como nos territórios ultramarinos¹

Índice



- 4 Mensagem do Vice-Presidente
- 6 Principais resultados
- 9 Balanço do ano
 - 10 Ambiente económico e clima de investimento
 - 12 Atividades em 2013
 - Novos fundos - novas oportunidades
 - Marcar a diferença
 - Parcerias
 - Resultados obtidos
- 27 Projetos
 - 28 Setor Financeiro
 - Estimular o crescimento económico através do apoio às pequenas empresas
 - Uma abordagem regional ao crescimento do setor financeiro
 - Investir nas empresas privadas
 - 32 Infraestruturas
 - Privilegiar os investimentos energéticos essenciais
 - Responder à procura de água
 - Criar habitação para comunidades urbanas sustentáveis
 - Libertar o potencial de desenvolvimento através da conectividade das TIC
 - 42 Financiar ações a favor do clima para promover o desenvolvimento económico
- 47 Roteiro para 2014-2016
- 48 Organização e recursos humanos
- 52 Resultados da carteira da FI (como fundo autorrenovável)
- 54 Anexos

¹ O presente relatório abrange as operações nos países ACP e nos PTU, realizadas ao abrigo do Acordo de Cotonu e da Decisão de Associação Ultramarina e financiadas pela Facilidade de Investimento e pelos recursos próprios do BEI. As operações na África do Sul, financiadas ao abrigo de um mandato externo diferente e do Instrumento para a Sustentabilidade Energética, são também incluídas no intuito de facultar uma perspetiva mais ampla e integrada desta região.

As operações do BEI nos países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e nos países e territórios ultramarinos (PTU) são realizadas ao abrigo do Acordo de Parceria ACP-UE («Acordo de Cotonu», 2000-2020) e da Decisão de Associação Ultramarina, que constituem o quadro jurídico que rege as relações da UE com estas regiões. O financiamento ao abrigo destes acordos provém dos orçamentos dos Estados-Membros da UE, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), e dos recursos próprios do BEI, captados nos mercados de capitais internacionais.

O Banco tem a seu cargo a gestão da Facilidade de Investimento, um fundo autorrenovável que responde às necessidades de financiamento de projetos de investimento realizados nestas regiões, recorrendo a um amplo leque de instrumentos flexíveis de tomada de risco. Para acompanhar a preparação e execução dos projetos que financia, o BEI também pode conceder aos seus mutuários e beneficiários finais subvenções sob a forma de bonificações de juros e assistência técnica.

Nos termos do «Acordo de Cotonu»², o objetivo central da cooperação ACP-UE é a redução da pobreza, o desenvolvimento sustentável e a integração progressiva dos países ACP na economia mundial³.

O Acordo estabelece ainda que «as estratégias de cooperação ACP-UE [...] têm por objetivo: assegurar um crescimento económico, rápido e sustentado, que permita criar postos de trabalho, desenvolver o setor privado, aumentar o emprego, melhorar o acesso aos recursos produtivos e às atividades económicas e promover a cooperação e a integração regionais⁴». De acordo com o Consenso Europeu sobre o Desenvolvimento e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas, as operações do BEI nos países ACP apoiam projetos que proporcionem benefícios sociais, económicos e ambientais sustentáveis, respeitando estritamente as obrigações de transparência que devem orientar a gestão de fundos públicos.

² Assinado em 2000, revisto em 2005 e 2010.

³ Artigo 19.º, n.º 1.

⁴ Artigo 20.º, n.º 1.





Mensagem do Vice-Presidente



Em 2013, comemorou-se o quinquagésimo aniversário da atividade desenvolvida pelo Banco Europeu de Investimento nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico.

O Banco aproveitou esta data memorável não só para celebrar os feitos realizados ao longo destes anos, como também para perspetivar o futuro e procurar novas oportunidades para desenvolver o seu potencial.

As preocupações económicas colocam desafios ao investimento público e privado na maioria dos países, pelo que o Banco Europeu de Investimento é cada vez mais instado a reforçar o seu papel. O impressionante historial e a vasta experiência do Banco no apoio a projetos em todo o mundo têm ajudado a colmatar lacunas de investimento, a melhorar o clima empresarial através do desenvolvimento das infraestruturas e a garantir uma cooperação mais frutuosa e eficaz com outras fontes de financiamento nos Estados ACP e nos Países e Territórios Ultramarinos (PTU).

Perante o aumento do volume de empréstimos, gostaria de felicitar todos quantos para ele contribuíram, tanto os colaboradores do Banco, como os nossos parceiros e promotores de projetos. Nos próximos anos, o Banco procurará dar um contributo ainda maior para mudar a vida das pessoas, melhorar as oportunidades económicas e fortalecer a sociedade, em total conformidade com a «Agenda para a Mudança» da UE, com particular destaque para o desenvolvimento do setor privado. Este objetivo pode ser alcançado não só através de um maior esforço financeiro, em parte apoiado pelo aumento significativo

do financiamento aprovado pelo Conselho de Ministros ACP-UE no ano passado, mas também através de instrumentos de financiamento mais eficazes e adaptados às necessidades, reforçando a nossa presença no terreno. O BEI reconhece que existem desafios financeiros específicos nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico e continua a intensificar a cooperação com a União Europeia, inclusivamente através de uma maior presença de colaboradores do BEI nas delegações ACP.

São três os domínios em que o BEI, por um lado, prestou um apoio financeiro significativo e, por outro, estabeleceu referências para a atuação de outras instituições. Em primeiro lugar, o investimento em infraestruturas nos domínios da energia, da água, dos transportes e das telecomunicações tem não só produzido benefícios a nível nacional, mas também, em muitos casos, melhorado a cooperação regional entre os países vizinhos.

Em segundo lugar, o BEI apoia os empresários e os pequenos projetos locais através de parcerias mutuamente vantajosas com bancos locais. A atividade do BEI nos países ACP e nos PTU ajudou a reforçar o



setor financeiro local, tanto a nível técnico como financeiro, e contribuiu, em última análise, para um melhor acesso ao financiamento.

Em terceiro lugar, o apoio ao investimento na redução das emissões nocivas e no aumento da resistência às alterações climáticas contempla um amplo conjunto de setores, desde as energias renováveis e a água ao financiamento de centrais de energia solar e do aquecimento geotérmico de hospitais. O compromisso do Banco Europeu de Investimento com a ação climática nos Estados ACP e nos PTU é tão forte como em qualquer outra região e, acima de tudo, baseia-se nas mesmas normas técnicas, ambientais e sociais que se aplicam a todos os projetos do Banco.

A operar em 160 países, o Banco Europeu de Investimento ocupa uma posição singular como maior credor público do mundo e única instituição financeira multilateral que apoia projetos tanto na Europa como nos países da África, das Caraíbas e do Pacífico. A competência técnica, a capacidade financeira e a responsabilidade empresarial e social do BEI podem ser aproveitadas para apoiar o investimento em projetos que, embora comportem um risco financeiro mais elevado, proporcionam um maior potencial de desenvolvimento. Olhando para o futuro, o BEI recorrerá cada vez

mais à experiência adquirida nos diferentes mercados europeus a fim de oferecer instrumentos financeiros inovadores capazes de estimular o desenvolvimento económico e social através dos projetos que financia.

As diversas realizações do BEI ao longo dos últimos 50 anos nos países de África, das Caraíbas e do Pacífico e as ações desenvolvidas em pequena escala permitiram o fornecimento de água potável e energia a milhões de pessoas, criaram novas oportunidades empresariais através do microfinanciamento e encorajaram uma maior cooperação regional. Está já em curso uma mudança fundamental no sentido de melhorar a medição dos resultados dos projetos do BEI em termos de desenvolvimento e do valor acrescentado da sua participação, mudança que, tenho a certeza, reforçará a atividade de financiamento do Banco nos países ACP e nos PTU nos próximos anos.

Pim van Ballekom

Vice-Presidente do BEI responsável pelas operações de financiamento na África Subsariana, nas Caraíbas e no Pacífico





Principais resultados

712 milhões de financiamento total nas regiões ACP/PTU⁵

20 projetos em **11 países** e **3 agrupamentos regionais**

Os projetos assinados em 2013 nas regiões ACP/PTU⁶ deverão produzir os seguintes resultados agregados:

- => Criação ou manutenção de aproximadamente 100 000 postos de trabalho diretos
- => Economia de mais de 125 000 toneladas de emissões de CO₂
- => Receitas fiscais superiores a 56 milhões de EUR

Os empréstimos intermediados deverão:

- => conceder mais de 23 000 empréstimos a beneficiários finais
- => dos quais, pelo menos, 9 800 serão concedidos a mulheres

Os projetos de infraestruturas deverão:

- => proporcionar a 1,7 milhões de pessoas acesso ao abastecimento seguro de água potável
- => proporcionar a 225 000 pessoas acesso a melhores serviços de saneamento
- => construir mais de 1 500 km de ligações terrestres por cabo de fibra ótica
- => proporcionar melhores alojamentos a 30 000 pessoas
- => permitir que mais 1 500 crianças não escolarizadas tenham acesso ao ensino mediante a construção de 3 novos estabelecimentos

494 milhões do financiamento total beneficiaram **iniciativas do setor privado**



471 milhões (66 %) destinaram-se a **13 operações no setor financeiro**



⁵ Foram assinados 2 novos projetos no montante de 260 milhões de EUR na África do Sul (ao abrigo de um mandato próprio) e 3 projetos no montante de 15,6 milhões de EUR nos países ACP ao abrigo da Instrumento para a Sustentabilidade Energética.

⁶ Não incluindo a África do Sul.



233 milhões

(33 %) destinaram-se a
6 grandes projetos de infraestruturas

398,5 milhões

(56 %) do financiamento apoiaram as **PME através de linhas de crédito**



353,5 milhões

(50 %) destinaram-se a 9 projetos cofinanciados com **14 outras instituições de financiamento do desenvolvimento**

54,7 milhões

de ajudas não reembolsáveis revestiram a forma de **assistência técnica e bonificações de juros**







Balanço
do ano



Balanço do ano

Ambiente económico e clima de investimento



Prevê-se uma ligeira retoma da atividade económica global em 2014, principalmente devido ao melhor desempenho das economias avançadas, permanecendo contudo o crescimento abaixo dos níveis anteriores à crise.

Uma forte procura interna e uma melhoria das condições externas são fatores suscetíveis de apoiar a atividade económica nos países ACP. No entanto, o abrandamento do crescimento nos principais mercados emergentes, nomeadamente na China e na Índia, e a crescente volatilidade dos preços das matérias-primas podem afetar negativamente as perspetivas em certas áreas da região. Alguns países com forte dependência de fluxos de capital externos podem também ser adversamente afetados por uma inversão da política monetária dos Estados Unidos.

Os países ACP da **África Subsariana** conseguiram, até à data, manter-se praticamente imunes ao abranda-

mento económico mundial. Com exceção do recém-dividido Sudão e de alguns países da África Ocidental afetados por conflitos civis, a maioria dos países da região beneficiou de uma sólida expansão da atividade económica em 2013. O crescimento deverá manter-se robusto ao longo dos próximos dois anos, prevendo-se um aumento da atividade económica na ordem dos 6,4 % em 2014 e dos 6,2 % em 2015, impulsionado pela continuação dos fortes investimentos nas capacidades de exportação e nas infraestruturas. Os países exportadores de minérios e os países de baixo rendimento deverão apresentar as taxas de crescimento mais elevadas.

Indicadores macroeconómicos para os países ACP de África*

	Crescimento real do PIB (%)				Inflação (%)				Saldo da balança corrente (% do PIB)			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Países ACP de África	5,5	5,7	6,4	6,2	11,4	8,6	7,7	6,6	-2,1	-3,6	-3,7	-3,9

*Médias ponderadas em função do PIB. Exclui a África do Sul.



A atividade econômica na região das **Caraíbas** continua moderada, com taxas de crescimento significativamente abaixo dos níveis anteriores à crise financeira. O crescimento econômico está limitado pelos elevados níveis de endividamento, pela debilidade da procura interna e pelos baixos fluxos de turismo e de remessas. As economias ricas em recursos naturais, como a Guiana e o Suriname, apresentam geralmen-

te melhores resultados do que os seus vizinhos que dependem do turismo. Contudo, a crescente concorrência do gás de xisto ameaça seriamente as perspectivas de crescimento de Trindade e Tobago, a segunda maior economia da região. A melhoria das condições nas economias avançadas, em especial nos EUA, é suscetível de impulsionar a atividade futura nos setores do turismo e da construção civil.

Indicadores macroeconómicos para os países ACP das Caraíbas*

	Crescimento real do PIB (%)				Inflação (%)				Saldo da balança corrente (% do PIB)			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Países ACP das Caraíbas	2,3	1,9	2,9	3,4	5,2	4,9	4,8	4,4	-4,8	-4,3	-4,0	-3,7

*Médias ponderadas em função do PIB de Antígua e Barbuda, Baamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Nevis, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trindade e Tobago.

No **Pacífico**, as perspectivas de crescimento variam significativamente de um país para outro. Enquanto as economias ricas em recursos naturais, como Papua-Nova Guiné e Timor-Leste, continuam a crescer a taxas sólidas, a existência de obstáculos estruturais significativos dificulta as perspectivas de crescimento na

maioria dos países. O crescimento agregado do conjunto da região deverá chegar aos 5,7 % em 2014, e aumentar para 15 % em 2015, quando um grande projeto de gás natural liquefeito na Papua-Nova Guiné atingir a sua capacidade de produção plena.

Indicadores macroeconómicos para os países ACP do Pacífico*

	Crescimento real do PIB (%)				Inflação (%)				Saldo da balança corrente (% do PIB)			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Países ACP do Pacífico	6,8	5,3	5,7	15,3	5,1	5,8	5,8	5,7	-6,9	-3,0	-0,4	11,1

*Médias ponderadas em função do PIB de Fiji, Ilhas Salomão, Papua-Nova Guiné, Quiribáti, Samoa, Timor-Leste, Tonga, Tuvalu, Vanuatu.

Espera-se que os PTU dependentes do turismo, especialmente os das Caraíbas, beneficiem de uma maior dinâmica da atividade econômica nos países avançados. Espera-se igualmente que o acréscimo da produção e dos preços do níquel possa apoiar o crescimento na Nova Caledónia. A atividade econômica na Gronelândia permanecerá moderada, devido à desaceleração do crescimento dos setores da exploração mineira e da pesca. Após cinco anos de recessão, as Bermudas deverão regressar ao crescimento econômico em 2014, impulsionado pelo turismo e pelo aumento da atividade comercial internacional.

Atividades em 2013

Lista de projetos assinados em 2013⁷ (as listas detalhadas que enumeram o conjunto dos projetos assinados desde o início do mandato de Cotonu constam dos anexos 3 a 5)

⁷ Projetos assinados ao abrigo do Acordo de Cotonu e da Decisão de Associação Ultramarina nos países ACP e nos PTU.

Projetos assinados a cargo da FI em 2013				
Países ACP				milhões de EUR
Costa do Marfim	MICROCRED COTE D IVOIRE ~	Serviços	Privado	1,7
Regional – África	SHELTER-AFRIQUE COMMUNITY DEVELOPMENT * ~	Desenvolvimento urbano	Privado	15,0
Regional – África Oriental	EAC MICROFINANCE FACILITY II (NMB) ~	Serviços	Privado	20,0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF NMB TANZANI ~	Linha de crédito	Privado	50,0
Nigéria	ZENITH BANK MID-CAP LOAN	Linha de crédito	Privado	40,0
Nigéria	ZENITH BANK MID-CAP LOAN B	Linha de crédito	Privado	20,0
Regional – ACP	LEAPFROG II	Serviços	Privado	18,8
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V	Linha de crédito	Privado	90,0
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V B	Serviços	Privado	5,0
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V C	Serviços	Privado	5,0
Regional – África Oriental	EAC MICROFINANCE LOAN (DFCU) ~	Serviços	Privado	5,0
Regional – África Oriental	EAC MICROFINANCE LOAN (KCB RWANDA) ~	Serviços	Privado	6,0
Regional – África Oriental	FAMILY BANK ~	Serviços	Privado	10,0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF FAMILY BANK ~	Linha de crédito	Privado	10,0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF PRIME BANK ~	Linha de crédito	Privado	5,0
Maláui	MALAWI CREDIT LINE	Linha de crédito	Privado	15,0
República Dominicana	DR MICROFINANCE FACILITY II D	Linha de crédito	Privado	1,0
Maurícia	MAURITIUS ETHANOL PROJECT *	Agricultura, pescas e silvicultura	Privado	8,0
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN B	Linha de crédito	Privado	50,0
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN C	Linha de crédito	Privado	25,0
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN D	Linha de crédito	Privado	25,0
Regional – África Oriental	EAST & CENTRAL AFRICA PEFF I AND M RWANDA~	Linha de crédito	Privado	8,0
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR GL III A	Linha de crédito	Privado	20,0
				453,5
PTU				
Polinésia Francesa	BANQUE DE TAHITI GLOBAL LOAN	Linha de crédito	Privado	8,0
Polinésia Francesa	SOCREDO GLOBAL LOAN VI B * ∞	Linha de crédito	Privado	10,0
				18,0
TOTAL FI				471,5



Projetos assinados a cargo de recursos próprios do BEI em 2013				
Estados ACP				milhões de EUR
Mauritânia	TERRESTRIAL TELECOM CABLE PROJECT *	Telecomunicações	Público	15,0
Mali	KABALA AEP BAMAKO *	Água e saneamento	Público	50,0
Zâmbia	ZAMBIA WATER AND SANITATION PROJECT * ~	Água e saneamento	Público	75,0
Burquina Faso	AEP OUAGADOUGOU III *	Água e saneamento	Público	33,0
Tanzânia	LAKE VICTORIA WATSAN - MWANZA * ~ ∞	Água e saneamento	Público	45,0
				218,0
PTU				
Polinésia Francesa	SOCREDO GLOBAL LOAN VI A	Linha de crédito	Privado	22,5
				22,5
TOTAL DE RECURSOS PRÓPRIOS DO BEI				240,5

* Operações que beneficiam/benficirão de uma dotação para bonificação de juros e/ou de uma subvenção do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas

~ Operações que beneficiam de uma subvenção para assistência técnica

∞ Operações de apoio à adaptação às alterações climáticas e à atenuação dos seus efeitos

Em 2013, o Banco aprovou operações no valor aproximado de **1 500 milhões de EUR**, assinou contratos no montante de cerca de **1 000 milhões de EUR** e desembolsou perto de **500 milhões de EUR** nos países ACP, nos PTU e na África do Sul. Estes montantes demonstram uma forte aceleração da atividade, exceto no que respeita aos desembolsos, que regressaram aos níveis normais, ao fim de dois anos consecutivos de máximos históricos, devido a uma concentração de assinaturas no final do exercício. As assinaturas ao abrigo da Facilidade de Investimento ACP voltaram a aumentar, de 355 milhões de EUR em 2012 para 471,5 milhões de EUR em 2013, o que demonstra o papel primordial que a concessão de financiamento ao setor privado continua a desempenhar na atividade do Banco nestas regiões.

Nos países ACP e nos PTU, dois terços dos empréstimos destinaram-se a operações do setor financeiro, quase todas realizadas no âmbito da Facilidade de Investimento (FI) ACP. Um terço dos empréstimos foi concedido a seis grandes projetos de infraestruturas, cinco dos quais foram financiados por recursos próprios (RP) do BEI.

A ação climática permaneceu no centro das atividades do Banco nos países ACP, com a assinatura dos três primeiros projetos nesta região ao abrigo do Instrumento para a Sustentabilidade Energética (ISE). Este instrumento, criado em 2007, financia projetos

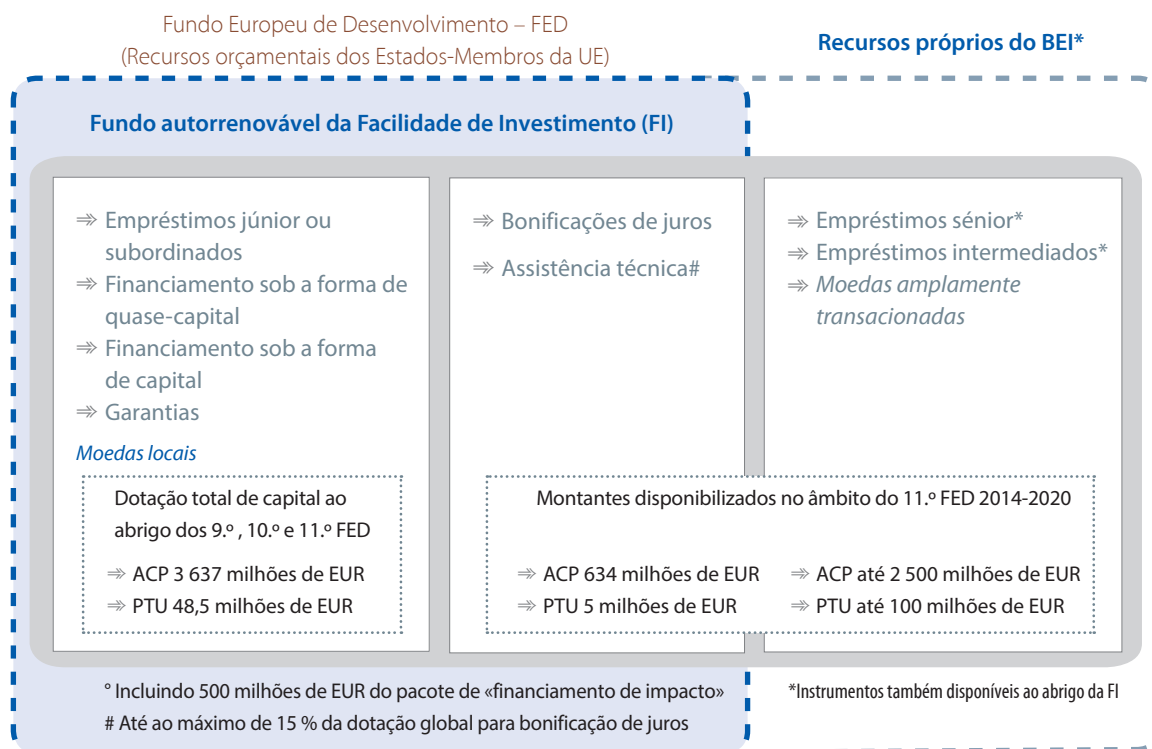
que contribuem para a redução das emissões de carbono e visa promover as energias renováveis e a eficiência energética em várias regiões fora da Europa.

Novos fundos – novas oportunidades

2014 será um ano de mudança para as instituições da UE, quando a Europa continua a atravessar um período económico difícil.

Nos debates da comunidade internacional sobre qual a melhor forma de moldar o apoio ao desenvolvimento económico e à criação de emprego nos países mais pobres do mundo quando, em 2015, terminar o prazo para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), a participação do setor privado é considerada como um elemento crucial para alcançar verdadeiros progressos. Se for possível aproveitar o vasto potencial de investimento do setor privado para apoiar os ODM, tal permitirá um grande avanço no sentido da redução da pobreza no mundo. Com o continuado sucesso da sua Facilidade de Investimento ACP, que foi concebida para apoiar o setor privado, o BEI encontra-se na posição ideal para desempenhar um papel protagonista na contribuição da UE para o crescimento sustentado nesta região ao longo dos próximos anos.

Fundos administrados pelo BEI: Acordo de Parceria de Cotonu e Decisão de Associação Ultramarina



Em junho de 2013, o Conselho de Ministros Conjunto ACP-UE aprovou o novo protocolo financeiro para o 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), que abrange o período 2014-2020. Os montantes destinados ao BEI (ver quadro) evidenciam um sólido aumento dos fundos disponíveis para subvenções e financiamento a cargo de recursos próprios em comparação com o FED anterior, e demonstram a importância que a UE atribui ao apoio que o Banco presta às suas políticas de desenvolvimento.

Além disso, foi aprovada uma nova dotação de 500 milhões de EUR para a Facilidade de Investimento ACP, dedicada ao «financiamento de impacto»⁸, que permite ao Banco apoiar projetos cujo previsível impacto no desenvolvimento é particularmente elevado, ao mesmo tempo que assume os maiores riscos inerentes a tais investimentos. Esta dotação oferecerá ao Banco novas possibilidades para reforçar o financiamento do setor privado por meio de investimentos em fundos com impacto social, em Estados frágeis, linhas de crédito destinadas a segmentos insuficientemente servidos (jovens, mulheres, agricultores) e mercados de fronteira. Permitirá também uma diversificação para novos setores, como a saúde e educação, agricultura e segurança alimentar e o desenvolvimento de novos e inovadores instrumentos de partilha de risco. Cumpridos 10 anos da existência da Facilidade de Investimento, esta nova dotação constitui um importante sinal de reconhecimento e um voto de confiança no desempenho do Banco como gestor da Facilidade de Investimento.

⁸ Apenas para os países ACP, não aplicável nos PTU.





Marcar a diferença

O BEI procura marcar a diferença através da oferta de condições de financiamento que o mercado, por si só, não pode proporcionar e mediante o apoio à preparação e execução dos projetos. Esta diferença entre a contribuição do BEI e as alternativas existentes no mercado designa-se por adicionalidade.

O papel do Banco vai para além do financiamento e abrange a conjugação de recursos (combinando, por exemplo, empréstimos do BEI com subvenções da UE) e o aconselhamento. Os empréstimos do BEI têm prazos mais longos do que os geralmente disponíveis para o financiamento dos projetos, o que permite reduzir a diferença entre a vida dos ativos financiados e a duração dos empréstimos. O Banco pode também ajudar os clientes a atenuar o risco cambial através do financiamento em moeda local.

A contribuição do BEI distingue-se das soluções existentes no mercado em três domínios fundamentais:

- **Recursos de longo prazo adaptados às necessidades dos projetos:** são utilizados para este efeito cinco indicadores: prolongamento das maturidades típicas, coincidência com a vida dos ativos, financiamento em moeda local, componente de subvenção e carácter inovador dos produtos.
- **Contribuição técnica:** para além de proporcionar o financiamento, o BEI contribui também muitas vezes para aperfeiçoar as características dos projetos em termos comerciais, ambientais, de desenvolvimento ou de governação empresarial.
- **Normas e mobilização de recursos:** a presença do BEI numa operação representa um valor acrescentado pelo seu efeito de demonstração, aplicação de normas mais exigentes ou mobilização de outros recursos financeiros, particularmente entre as instituições europeias de financiamento suas parceiras.

O BEI está empenhado em aplicar a «Agenda para a Mudança»⁹ da UE, que visa aumentar a coerência

⁹ http://ec.europa.eu/europeaid/what/development-policies/documents/agenda_for_change_pt.pdf

entre diferentes instrumentos da UE para melhor coordenar as ações da União e aumentar a parte da ajuda fornecida pela UE através de instrumentos financeiros inovadores suscetíveis de alavancar os recursos do orçamento comunitário, incluindo a combinação de empréstimos com subvenções e mecanismos de partilha de riscos.

Ao longo de 2013, o BEI intensificou os seus esforços para estreitar ainda mais a cooperação com a Comissão Europeia, o Serviço Europeu para a Ação Externa

Combinação de subvenções e empréstimos

Na sua qualidade de Banco da UE, o BEI desempenha um papel catalisador, zelando para que as suas subvenções e os seus investimentos no desenvolvimento se destinem aos setores em que são mais eficazes e possam produzir o maior impacto sustentável a longo prazo.

A utilização de instrumentos de financiamento inovadores que permitam mobilizar recursos adicionais é essencial para assegurar os resultados a longo prazo dos projetos realizados nos países em desenvolvimento.

As ajudas que o Banco concede permitem contribuir para a solidez económica e financeira de projetos com impactos ambientais ou sociais significativos ou situados em países mais pobres ou menos desenvolvidos onde as infraestruturas de base foram danificadas devido a conflitos ou catástrofes naturais.

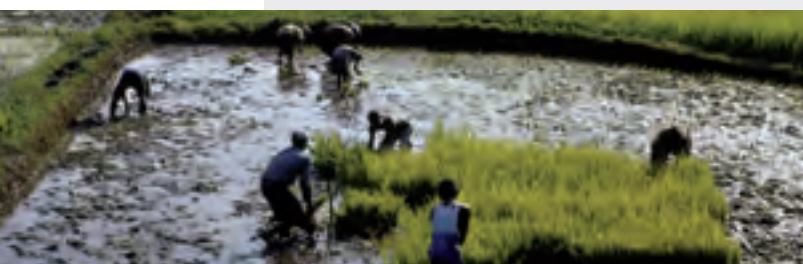
A assistência técnica prestada durante todas as fases do ciclo do projeto pode financiar os estudos de pré-viabilidade, a preparação e execução do projeto, o reforço de capacidades dos intermediários financeiros e dos beneficiários, bem como a formação do pessoal com vista a elevar os padrões ambientais, sociais e governativos.

A combinação de recursos pode, assim, contribuir para a eficácia e a utilização ótima dos recursos disponíveis, para melhorar a qualidade dos projetos e o seu impacto a longo prazo, para otimizar o serviço prestado aos beneficiários e promover a cooperação entre doadores, nomeadamente entre os agentes da ajuda europeia.

Exemplo: Apoio à ação a favor do clima nas Caraíbas

Os países das Caraíbas encontram-se entre os mais vulneráveis do mundo no que respeita aos efeitos adversos das alterações climáticas. Uma linha de crédito de 50 milhões de EUR está a ajudar o Banco de Desenvolvimento das Caraíbas a financiar projetos de pequena e média dimensão no âmbito do seu programa de financiamento da ação climática, incluindo iniciativas de atenuação das alterações climáticas e de adaptação aos seus efeitos. O empréstimo é complementado por uma dotação de valor superior a 4 milhões de EUR para assistência técnica destinada a apoiar o reforço das capacidades de atuação climática e a melhorar a resistência dos projetos aos efeitos das alterações climáticas.

- ⇒ Em Belize, o Banco presta assistência técnica ao projeto *Northern Highway*, que consiste na reabilitação do eixo rodoviário que liga a Cidade de Belize ao norte do país, tornando-o mais resistente às alterações climáticas. A estrada é também a principal via de evacuação da cidade em caso de catástrofe natural.
- ⇒ Em Santa Lúcia, o BEI está a financiar o estudo de viabilidade da reabilitação do sistema de abastecimento de água de Vieux Fort para melhorar a sua resistência aos impactos das alterações climáticas e da variabilidade do clima, à medida que a procura aumenta.



Outros projetos potenciais incluem a proteção costeira, investimentos na distribuição de água e no saneamento ou medidas de gestão de secas e inundações, bem como programas no domínio das energias renováveis ou da eficiência energética em toda a região das Caraíbas.

Em 2013, o Banco assinou oito contratos de assistência técnica no valor total de 3 milhões de EUR nos países ACP (ver anexo 6) para prestar apoio à preparação e à realização de projetos nos setores da energia, das águas residuais e dos serviços financeiros. O BEI concedeu ainda um total de 51,7 milhões de EUR em bonificações de juros para seis operações (ver anexo 7). Destas, três operações ajudaram países pobres altamente endividados (PPAE) ou pós-PPAE a cumprir os requisitos do FMI em matéria de concessionabilidade nesses países, e três bonificações de juros foram concedidas atendendo a elementos ambientais e/ou sociais específicos dos projetos.

No que respeita aos projetos de infraestruturas de dimensão regional na África Subsariana, o BEI combina também os seus empréstimos com as subvenções concedidas pelo Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas (FFI – ver caixa)¹⁰, cujo secretariado funciona nas instalações do Banco. O Fundo Fiduciário é um instrumento financeiro da mais vasta Parceria UE-África para as Infraestruturas que procura aumentar o investimento em infraestruturas regionais em África através da combinação de empréstimos a longo prazo com ajudas não reembolsáveis concedidas pela Comissão Europeia e pelos Estados-Membros da UE. O BEI, as instituições europeias de financiamento do desenvolvimento e o Banco Africano de Desenvolvimento disponibilizam os meios técnicos e financeiros, com base no princípio da apropriação africana. Três operações de subvenção no âmbito do FFI foram associadas a projetos do BEI em 2013, num total de 34,8 milhões de EUR.

A Facilidade de Investimento para as Caraíbas e a Facilidade de Investimento para o Pacífico, recentemente constituídas, proporcionam novas oportunidades para a combinação dos financiamentos do BEI com as subvenções da UE.

¹⁰ www.eu-africa-infrastructure-tf.net



e as delegações da UE nos países ACP. Estão em curso discussões para assegurar uma associação mais estreita do BEI com a Programação Conjunta UE-ACP e PTU, que alinha a ajuda da UE ao desenvolvimento com os programas estratégicos plurianuais nacionais e regionais nestes países. Esta associação permitirá ao Banco garantir a complementaridade das suas atividades com as dos seus parceiros europeus em apoio das políticas de desenvolvimento da UE, de forma a dar uma resposta comum com recursos agrupados.

A presença do BEI no terreno será reforçada na sequência da decisão do Comité Executivo do Banco de recrutar onze novos agentes locais nos países ACP (ver Organização e Recursos humanos). Quatro deles, com conhecimentos especializados nos setores da água e da energia, ficarão colocados nos gabinetes regionais do BEI na África Subsariana para prestar apoio técnico no local ao longo do ciclo dos projetos. Sete outros agentes, que têm um perfil operacional, serão colocados nas delegações da UE nos países da África Subsariana, das Caraíbas e do Pacífico para apoiar as atividades de concessão de empréstimos, reforçar a colaboração entre o BEI e o SEAE, bem como outras IFI e IFD europeias presentes no terreno e ampliar o âmbito geográfico da atuação do Banco.

Parcerias

O estabelecimento de parcerias sólidas e eficazes, em particular com instituições homólogas europeias, mas também internacionais, é fundamental para apoiar o papel catalisador que o BEI desempenha no financiamento do desenvolvimento sustentável nas regiões ACP e PTU. Esta cooperação vai do diálogo sobre as questões institucionais às consultas mútuas sobre questões transversais ou temáticas, passando pela cooperação e delegação de tarefas comuns ao nível das operações de financiamento. Esta colaboração entre instituições de financiamento do desenvolvimento homólogas favorece uma utilização mais eficiente dos recursos destinados às respetivas atividades nas regiões de intervenção comuns e estimula uma cooperação estreita em benefício dos seus destinatários.

Para além dos cofinanciamentos, o Banco participa ativamente em numerosas iniciativas que promovem uma cooperação mais estreita entre a comunidade dos



Desde 2003, o BEI assinou contratos relativos a 242 projetos nas regiões ACP e nos Países e Territórios Ultramarinos, 128 dos quais foram cofinanciados, o que representa 62 % da atividade de financiamento (4 200 milhões EUR num total de 6 800 milhões de EUR).

doadores e as partes interessadas no desenvolvimento, e continua a desempenhar um papel ativo no sentido de garantir o êxito destas iniciativas. Estas incluem:

=> **O mecanismo de financiamento «European Financing Partners» (EFP) das IEFD¹¹**

A cooperação *ad hoc* entre os parceiros de financiamento europeus foi formalizada em 2004 com a criação do primeiro instrumento EFP das IEFD – o mecanismo de financiamento «European Financing Partners» da associação das Instituições Europeias de Financiamento do Desenvolvimento (IEFD). Em 2013, o Banco assinou a sua quinta contribuição, no valor de 100 milhões de EUR, a favor deste instrumento de apoio a projetos do setor privado nos países ACP. No âmbito do acordo EFP, os recursos são disponibilizados pela FI e pelas IEFD para incentivar estas últimas a investirem os seus próprios recursos, numa base de equiparação de montantes, em operações do setor privado nos países ACP. O quadro de cooperação financeira reforçada e o alinhamento dos procedimentos de análise prévia fazem deste mecanismo um exemplo único de cooperação delegada entre contribuintes europeus a favor do desenvolvimento. Os

¹¹ Instituições Europeias de Financiamento do Desenvolvimento (www.edfi.eu): BIO, Bélgica; CDC, Reino Unido; COFIDES, Espanha; DEG, Alemanha; FMO, Países Baixos; FINNFUND, Finlândia; IFU, Dinamarca; Norfund, Noruega; OeEB, Áustria; PROPARCO, França; SBI-BMI, Bélgica; Sífem, Suíça; SIMEST, Itália; SOFID, Portugal; SWEDFUND, Suécia.

empréstimos anteriores do BEI, no montante de 390 milhões de EUR, contribuíram para o financiamento de um volume de investimento próximo dos 2 400 milhões de EUR, o que representa um efeito multiplicador de 8 vezes os montantes atribuídos. O mecanismo EFP dispõe de uma carteira diversificada, com uma importante proporção de projetos do setor da energia e de operações de intermediação financeira, em linha com as prioridades do Banco para estas regiões.

=> Exemplo: A África dispõe de 600 milhões de hectares de terras aráveis não cultivadas e de um forte potencial de melhoria da produção agrícola. A agricultura representa uma grande oportunidade de desenvolvimento para a África, mas enfrenta desafios ligados ao isolamento e à falta de infraestruturas de transporte e de logística. Em 2013, o BEI concedeu 15 milhões de USD de um empréstimo EFP de 30 milhões de USD à sociedade *Export Trading Company (ETC)*, da Ilha Maurícia, para a modernização e ampliação das instalações de processamento agroindustrial e dos entrepostos da empresa na África Oriental e Central. O Grupo ETC emprega cerca de 6 000 pessoas e produz e comercializa perto de 1,4 milhões de toneladas de produtos agrícolas de elevado valor (legumes secos, castanha de caju, sésamo, etc.) por ano em toda a África e também, mais recentemente, no Sudeste Asiático.

Transparência

O Banco está empenhado em conferir a maior transparência possível às suas atividades. A Política de Transparência do BEI¹² define as modalidades de divulgação de informações do BEI e de consulta das partes interessadas.

Em outubro de 2013, o BEI aderiu à Iniciativa Internacional para a Transparência da Ajuda (IITA), uma iniciativa multilateral voluntária que define linhas orientadoras para a publicação de informações relativas ao financiamento da ajuda e do desenvolvimento, tendo por objetivo facilitar a acessibilidade, utilização e compreensão de tais informações. O Banco aplicará as normas da IITA a todos os seus empréstimos concedidos no exterior da União Europeia, a fim de promover o melhor conhecimento e compreensão das suas estratégias, políticas e operações e de reforçar a sua contribuição financeira e técnica.

¹² <http://www.eib.org/infocentre/publications/all/eib-transparencypolicy.htm>

=> A Iniciativa de Delegação Recíproca

A Iniciativa de Delegação Recíproca (IDR) é um modelo único destinado a melhorar a coordenação e a repartição de tarefas entre o BEI, o KfW (*Kreditanstalt für Wiederaufbau*) e a AFD (*Agence Française de Développement*) no quadro do financiamento conjunto de projetos públicos de infraestruturas nos setores da energia e da água nos países em desenvolvimento. As diretrizes operacionais desta iniciativa foram aprovadas em 2013 no intuito de criar um quadro vinculativo que satisfaça os requisitos de todos os parceiros.

Este acordo prevê que a maior parte das tarefas relativas a cada projeto serão realizadas por uma única destas instituições, que atuará na qualidade de financiador principal ao longo de todo o ciclo do projeto. A IDR tem por objetivo melhorar a eficácia da gestão das operações de financiamento, evitando a duplicação desnecessária de trabalho e simplificando assim a utilização dos financiamentos europeus a favor do desenvolvimento para os beneficiários nos países parceiros.

O Banco assinou três projetos ao abrigo da IDR em 2013: *Kabala AEP Bamako* (Mali, financiador principal: AFD), *Lake Victoria Mwanza* (Tanzânia, financiador principal: BEI) e *Zambia Water & Sanitation* (financiador principal: BEI).

=> O Fundo Fiduciário UE-África para a Infraestruturas (ver *supra* e caixa)

=> Apoio à Parceria para o Desenvolvimento do Setor Financeiro em África (*Making Finance Work for Africa Partnership - MFW4A*) em favor da coordenação entre os doadores para o desenvolvimento do setor financeiro em África;

=> A Parceria para o Financiamento em África (PFA), (*African Financing Partnership – AFP*), um mecanismo de cofinanciamento destinado a melhorar e a racionalizar o cofinanciamento de projetos do setor privado em África, com recurso à ampla experiência, ao conhecimento do mercado e às competências em matéria de financiamento de projetos dos parceiros promotores;

=> Apoio ao Consórcio para as Infraestruturas em África (*Infrastructure Consortium for Africa – ICA*), com a criação de uma plataforma única para a promoção dos investimentos em infraestruturas em África;



=> Prioridade a projetos alinhados com o Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África (PIDA), que visa promover o desenvolvimento socio-económico e a redução da pobreza em África através do reforço do acesso a redes de infraestruturas e serviços integrados a nível regional e continental;

=> O Acordo de Colaboração BEI-SFI assinado com a Sociedade Financeira Internacional (SFI), nos termos do qual ambas as organizações disponibilizam recursos dedicados ao financiamento de projetos do setor privado.

populações e se enquadram nas prioridades nacionais e nos programas de desenvolvimento.

Os serviços do Banco estão a harmonizar os indicadores de resultados do Banco, tanto quanto possível, com os de outras instituições financeiras internacionais e agências de desenvolvimento da UE, a fim de simplificar as obrigações de prestação de informação dos clientes no que respeita às operações cofinanciadas.

Os projetos assinados em 2013 nas regiões ACP/PTU¹³ deverão produzir os seguintes resultados agregados:

=> Criação ou manutenção de aproximadamente 100 000 postos de trabalho diretos

=> Economia de mais de 125 000 toneladas de emissões de CO₂

=> Receitas fiscais superiores a 56 milhões de EUR

Os empréstimos intermediados deverão:

=> conceder mais de 23 000 empréstimos a beneficiários finais

=> dos quais, pelo menos 9 800 serão concedidos a mulheres

Os projetos de infraestruturas deverão:

=> proporcionar a 1,7 milhões de pessoas acesso ao abastecimento seguro de água potável

=> proporcionar a 225 000 pessoas acesso a melhores serviços de saneamento

=> construir mais de 1 500 km de ligações terrestres por cabo de fibra ótica

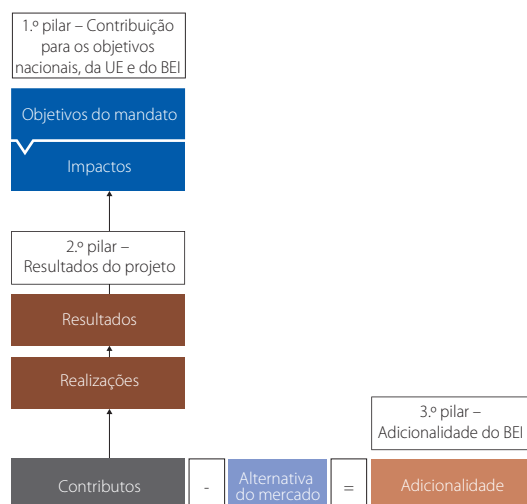
=> proporcionar melhores alojamentos a 30 000 pessoas

=> permitir que mais 1 500 crianças não escolarizadas tenham acesso ao ensino mediante a construção de 3 novos estabelecimentos

Resultados obtidos

O Quadro de Medição de Resultados (REM), aplicado desde 2012, aperfeiçoa a avaliação *ex ante* dos resultados esperados dos projetos e aumenta a capacidade do Banco para acompanhar e prestar informações sobre os resultados efetivamente alcançados. O quadro proporciona uma avaliação dos resultados ao longo do ciclo do projeto. Na fase de apreciação são definidos indicadores com cenários de base e objetivos, os quais são depois monitorizados aquando da conclusão do projeto e, novamente, três anos após a conclusão. O quadro REM ajuda a assegurar que as operações do BEI fora da Europa têm reflexos positivos nas condições de vida das

Os projetos são classificados de acordo com uma avaliação assente em três pilares:



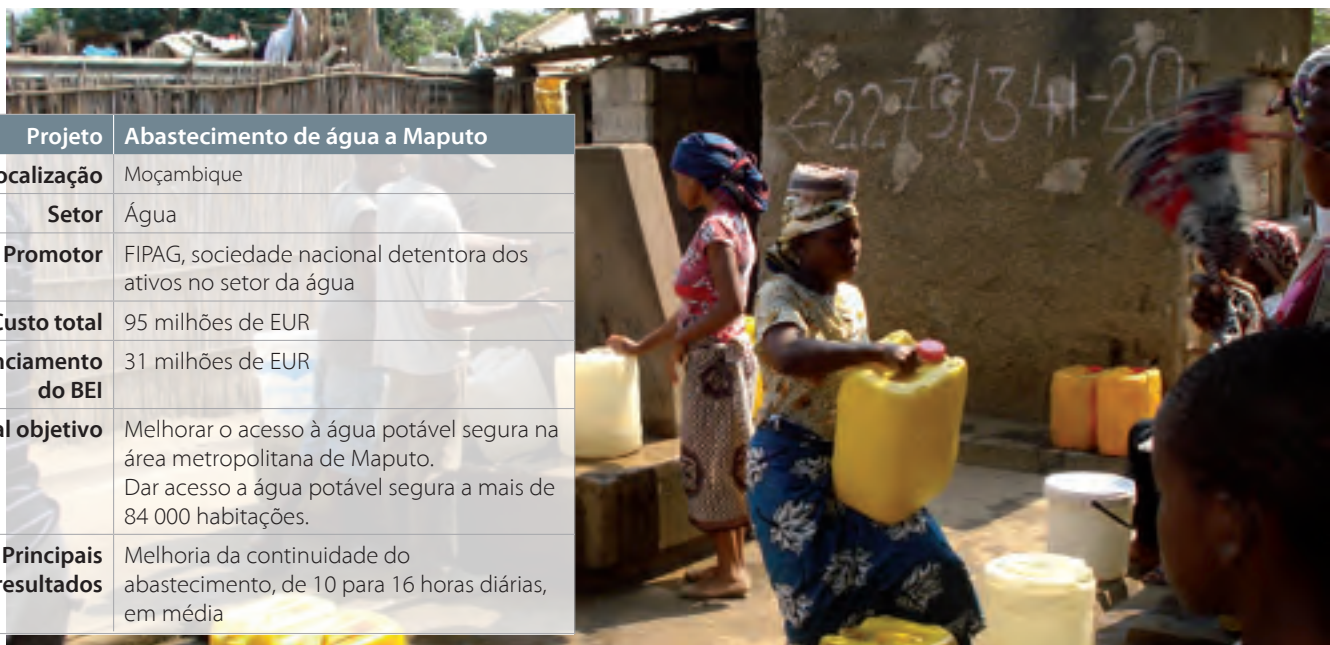
Entre a assinatura de um contrato e a execução e conclusão do projeto podem decorrer vários anos, sobretudo quando se trata de grandes projetos de infraestruturas. Enquanto não estiver disponível uma carteira significativa de resultados reais dos projetos concluídos, que possam ser agregados, esses resultados serão apresentados no «Relatório anual sobre os resultados das operações no exterior da UE»¹⁴ sob a forma de uma seleção de estudos de caso de projetos concluídos em cada região.

¹³ Ao abrigo do mandato de Cotonu (FI e recursos próprios), não incluindo as assinaturas relativas à África do Sul.

¹⁴ <http://www.eib.org/infocentre/publications/all/eib-rem-annual-report-2012.htm>

Estudos de caso dos projetos avaliados no quadro REM e realizados nos países ACP (versões resumidas)¹⁵

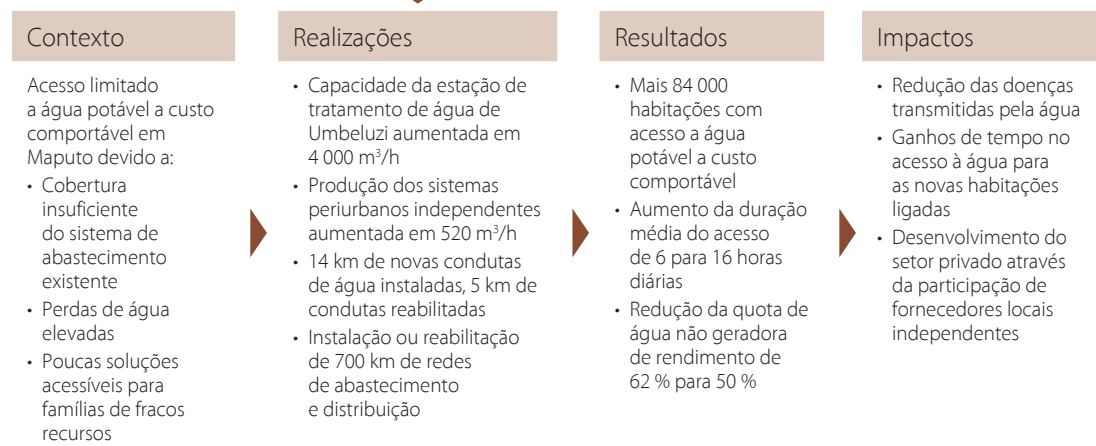
¹⁵ Versões resumidas – os estudos de caso completos e os resultados globais esperados das operações assinadas nos países ACP e nos PTU em 2013 constam do «Relatório de 2013 sobre os resultados das operações do BEI no exterior da UE».



Projeto	Abastecimento de água a Maputo
Localização	Moçambique
Setor	Água
Promotor	FIPAG, sociedade nacional detentora dos ativos no setor da água
Custo total	95 milhões de EUR
Financiamento do BEI	31 milhões de EUR
Principal objetivo	Melhorar o acesso à água potável segura na área metropolitana de Maputo. Dar acesso a água potável segura a mais de 84 000 habitações.
Principais resultados	Melhoria da continuidade do abastecimento, de 10 para 16 horas diárias, em média

Contribuição do BEI

- Empréstimo de 31 milhões de EUR
- Coordenação entre mutuantes e doadores
- Assistência técnica para definir o âmbito do projeto, melhorar o modelo financeiro, criar um departamento de gestão do projeto e incluir as numerosas entidades envolvidas na prestação do serviço





A coordenação com as ONG foi também essencial para garantir que as famílias pobres pudessem beneficiar da ampliação da rede de abastecimento. «Uma das principais razões para a WSUP avançar com o programa em Maputo foi saber que estava em marcha um importante projeto apoiado pelo BEI para melhorar o abastecimento de água e serviços conexos ...», afirma Baghi Baghirathan, Diretor de Projeto da parceria WSUP (*Water and Sanitation for the Urban Poor*). «Sem o aumento da capacidade de abastecimento de água, não poderíamos ter concretizado o nosso programa.»

A WSUP concentra a sua ação no abastecimento dos bairros desfavorecidos. «Maputo é um exemplo dos benefícios reais deste tipo de programa coordenado», acrescenta Baghi Baghirathan. «Graças ao programa da WSUP e ao aumento da capacidade de abastecimento de água no âmbito do projeto do BEI, uma parte significativa da população urbana pobre da capital moçambicana beneficiará de acesso à água a preços razoáveis e sustentáveis.»

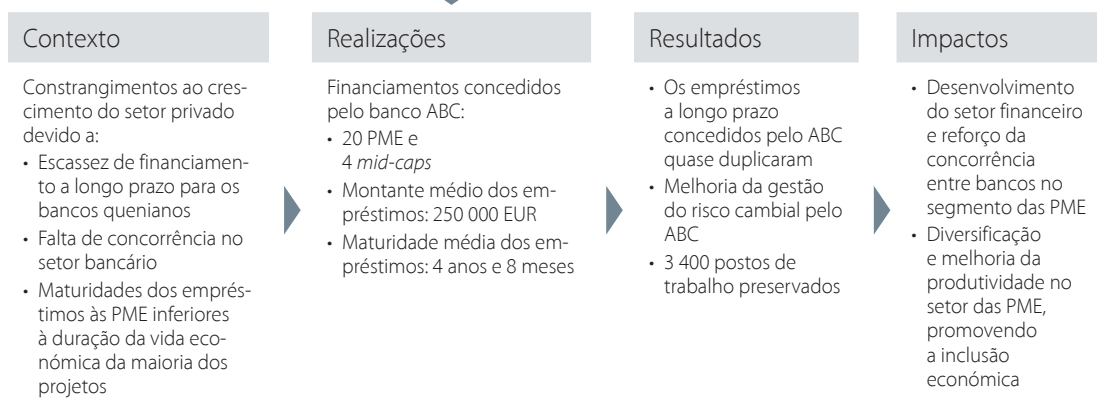
«Quando percorro os bairros em que trabalhamos, a mudança salta à vista», prossegue. «Nestes bairros, podemos agora ver pessoas que vivem em casas muito pequenas ou em cabanas, mas que têm a sua própria ligação à rede de água e recebem água de boa qualidade a um preço acessível. É um progresso enorme.»

Projeto	<i>Private Enterprise Facility II</i>
Localização	Quênia
Sector	Desenvolvimento do setor privado
Promotor	African Banking Corporation (ABC)
Custo total	18 milhões de EUR
Financiamento do BEI	7 milhões de EUR
Principal objetivo	Melhorar o acesso das PME ao financiamento no Quênia
Principais resultados	Concessão de financiamento de longo prazo a 20 PME e a 4 <i>mid-caps</i> Preservação de 3 400 postos de trabalho nas empresas beneficiárias



Contribuição do BEI

- Empréstimo de 7 milhões de EUR ao banco ABC
- Maturidade do empréstimo: 7 anos. Trata-se do primeiro financiamento de longo prazo recebido pelo ABC
- 84 % do empréstimo concedidos em xelins quenianos
- O financiamento do BEI mobilizou mais 11 milhões de EUR





«Podemos prestar serviços de radiologia a um maior número de pacientes e a um preço mais baixo ... Os pacientes não necessitam de se deslocar ao estrangeiro»

– Dr. Alfred Odhiambo, Radiologista e Diretor-Geral da *Plaza Magnetic Resonance Imaging Ltd.*



Exemplo de empréstimo:

Permitir o acesso a tecnologias médicas avançadas

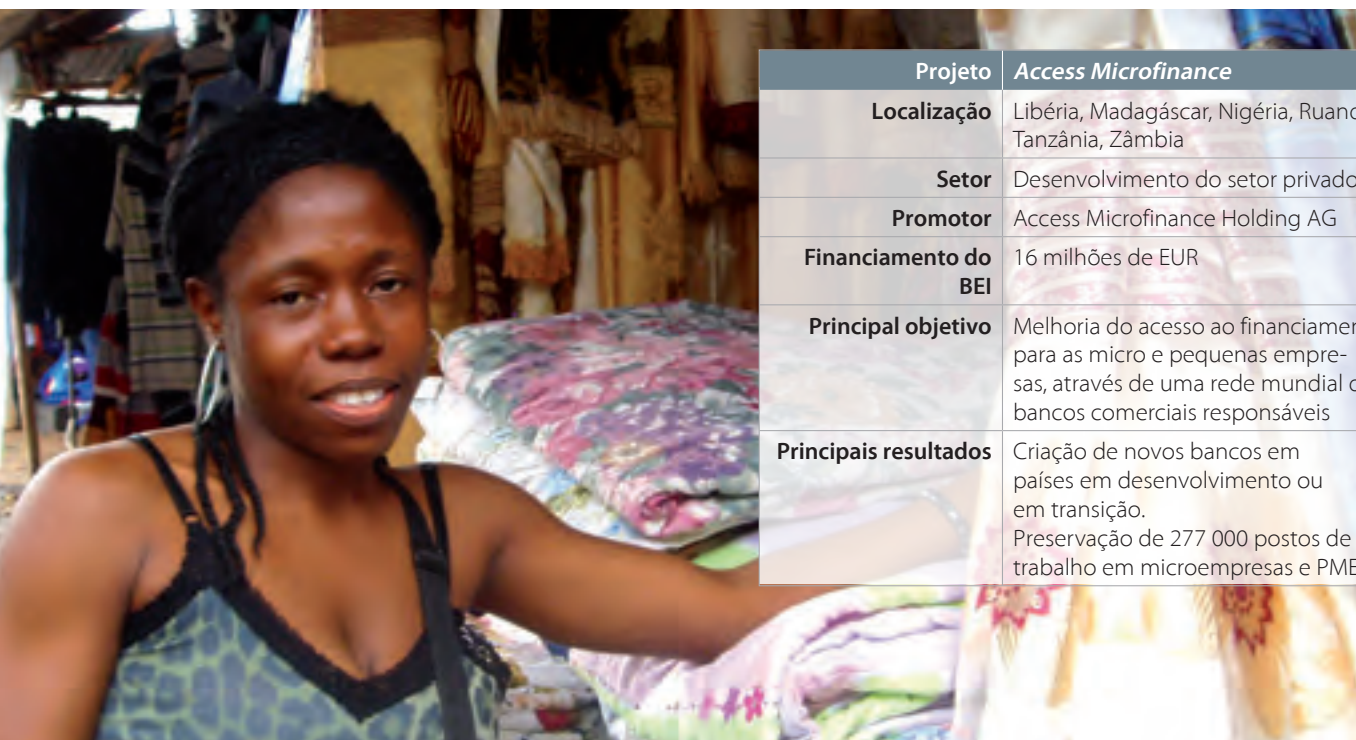
A *Plaza Magnetic Resonance Imaging Ltd* é uma empresa privada de cuidados de saúde com sede em Nairóbi que presta serviços de radiografia, diagnóstico por ultrassons, tomografia computadorizada (TC) e imagem por ressonância magnética (IRM).

A empresa beneficiou de um empréstimo de 718 000 EUR do banco ABC, financiado pelo BEI, para adquirir um tomógrafo *Aquilion one* e uma estação de trabalho para ressonância magnética. Com uma duração de cinco anos, este empréstimo representa o equivalente a 50 % do custo total do equipamento e foi denominado em xelins quenianos, o que reduz o risco cambial para a empresa.

«O novo tomógrafo aumentou consideravelmente a precisão e a rapidez dos serviços de imagiologia e melhorou o perfil da nossa clínica devido à maior confiança no nosso diagnóstico», explica o Dr. Alfred Odhiambo, radiologista e Diretor-geral da *Plaza Magnetic Resonance Imaging*.

«Podemos prestar serviços de radiologia a um maior número de pacientes e a um preço mais baixo do que o praticado noutros hospitais e clínicas do país», acrescenta. «O número de pacientes atendidos aumentou de 20 para 30 por dia e continua a crescer. Para dar resposta a este aumento da procura, prevemos contratar mais cinco assistentes para ajudarem os 49 funcionários atuais. Com o novo equipamento, os pacientes deixarão de ter necessidade de viajar para fora do país para beneficiarem de serviços de radiologia, porquanto estamos a prestar serviços de imagiologia de alto nível.»

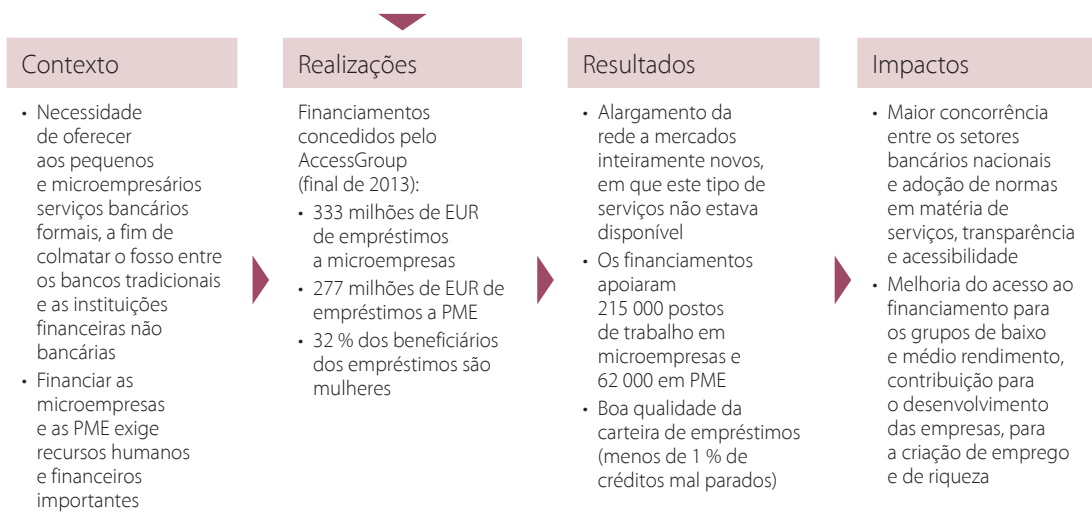




Projeto	Access Microfinance
Localização	Libéria, Madagascar, Nigéria, Ruanda, Tanzânia, Zâmbia
Setor	Desenvolvimento do setor privado
Promotor	Access Microfinance Holding AG
Financiamento do BEI	16 milhões de EUR
Principal objetivo	Melhoria do acesso ao financiamento para as micro e pequenas empresas, através de uma rede mundial de bancos comerciais responsáveis
Principais resultados	Criação de novos bancos em países em desenvolvimento ou em transição. Preservação de 277 000 postos de trabalho em microempresas e PME.

Contribuição do BEI

- Participação de 10,2 milhões de EUR no capital, proporcionando uma base financeira de longo prazo
- 3,8 milhões de EUR para assistência técnica de apoio à execução do projeto
- O efeito de demonstração ajudou a atrair recursos adicionais
- Empréstimo a longo prazo de 2,6 milhões de EUR





Agnes Jacob Mollel – Produtora de cogumelos e criadora de suínos, Tanzânia

Agnes Jacob Mollel dirige uma empresa de produção de cogumelos e de criação de suínos em Mbesi Beach, um bairro residencial com uma atividade crescente de pequenas empresas a cerca de 15 km de Dar es Salaam, a capital da Tanzânia. De origem Maasai, Agnes é uma viúva de 56 anos com dois filhos no estrangeiro. Agnes recebeu dois empréstimos do AccessBank, cada um no montante de 1,6 milhões de xelins tanzanianos (perto de 900 EUR).

O primeiro empréstimo foi utilizado para construir abrigos suplementares para os suínos. O segundo permitiu-lhe comprar mais gado e também adicionar estantes para a cultura de cogumelos, que vende a supermercados e a alguns clientes particulares. Desde que se tornou cliente do AccessBank Tanzania, Agnes conseguiu duplicar o seu volume de negócios.







Projetos



Projetos

Setor Financeiro



Estimular o crescimento económico através do apoio às pequenas empresas

Os setores financeiros dos países em desenvolvimento caracterizam-se por uma falta de empréstimos de longo prazo em condições acessíveis, especialmente para empresas de pequena dimensão. As dificuldades de acesso a serviços financeiros básicos e o seu custo continuam a ser um obstáculo importante ao bom desenvolvimento da atividade do setor privado, em particular no que respeita às micro, pequenas e médias empresas (MPME).

O desenvolvimento do setor financeiro nos países ACP é uma prioridade fundamental para o BEI e representa quase metade do total da carteira nestes países desde 2003. O financiamento é disponibilizado através de uma vasta gama de instrumentos, nomeadamente

linhas de crédito, tomadas de participação, iniciativas no domínio do microfinanciamento, instrumentos de garantia e empréstimos em moeda local, a fim de melhor responder às necessidades dos clientes nestas regiões.

Por numerosos motivos, incluindo a falta de pessoal devidamente qualificado e o custo administrativo elevado do tratamento das pequenas transações, os bancos locais têm dificuldade em avaliar os projetos, sendo a sua aversão ao risco face às PME inversamente proporcional à dimensão das empresas. Normalmente, as empresas de menor dimensão têm maiores dificuldades em satisfazer os requisitos dos bancos – quer se trate da prestação de garantias, quer da conceção ou apresentação dos projetos. O BEI contribui para a resolução destes problemas através da prestação de assistência técnica aos bancos, nomeadamente para reforçar a sua capacidade para avaliar os projetos e os riscos relacionados com as PME.



Em 2013, dois terços do volume de empréstimos assinados nos países ACP destinaram-se a 13 operações no setor financeiro, num montante total de 471 milhões de EUR. Estes financiamentos representam para o BEI:

...o primeiro instrumento de garantia para PME nos países ACP

Um acordo-quadro com a SFI permitirá às duas instituições celebrar operações de partilha de riscos com bancos locais em países ACP.

Estes bancos beneficiários, que devem ter uma presença consolidada no segmento das PME, podem beneficiar de uma garantia parcial de risco de crédito cobrindo até metade das perdas principais nas respetivas carteiras de novos empréstimos a PME elegíveis.

O instrumento contribuirá para incentivar os bancos locais a concederem empréstimos às PME e, deste modo, para acelerar o desenvolvimento do setor privado.

...o primeiro instrumento de empréstimos para *mid-caps* nos países ACP

O BEI concederá até 60 milhões de EUR ao Zenith Bank da Nigéria para reempréstimo a empresas privadas. Tem como beneficiários finais as grandes empresas (até 3 000 trabalhadores). Aplicam-se procedimentos mais formais para transferir a vantagem financeira do empréstimo do BEI, como a concessão de prazos mais longos aos beneficiários. O instrumento de empréstimo contribuirá para o desenvolvimento do setor privado e para a diversificação da atividade económica no país.

...a primeira operação na Costa do Marfim desde o fim da crise em 2011

O BEI tomará uma participação de 2,2 milhões de EUR no MicroCred, uma nova instituição de microfinanciamento inicialmente implantada na capital do país, Abidjã, e que depois se expandirá para outras cidades. Concederá ainda uma subvenção para assistência técnica no montante de 1 milhão de EUR, que complementará ajudas similares do BAD e da AFD para:

- a criação da primeira agência e recrutamento do respetivo pessoal;
- apoio operacional e formação;
- sistemas informáticos.

A participação do BEI contribuirá para a profissionalização do setor e estimulará a concorrência graças a uma melhor governação, melhor gestão de conflitos de interesses e redução dos riscos associados ao balanço.

Até 2015, o MicroCred espera ter 19 agências em Abidjã, 60 000 clientes ativos, dos quais 55 000 empresários (MPME), conceder mais de 75 000 empréstimos e criar 500 postos de trabalho diretos, bem como aumentar de 25 % para mais de 50 % a percentagem de mulheres entre os mutuários.

Uma abordagem regional ao crescimento do setor financeiro

Em 2013, quase um quarto dos empréstimos do BEI ao setor financeiro destinou-se a projetos na África Oriental, visando disponibilizar recursos financeiros a longo prazo a uma vasta gama de empresas do setor privado.

A assinatura, em 2013, do segundo Instrumento de Microfinanciamento para a Comunidade da África

Oriental sucede ao instrumento inicial criado em 2011 para apoiar as micro e pequenas empresas em países da Comunidade da África Oriental, que foi integralmente afetado ao longo de dois anos a seis instituições financeiras no Quênia, no Ruanda e no Uganda.

Este instrumento centrado principalmente na criação de emprego e no impacto no desenvolvimento destina-se especialmente aos jovens empresários e às mulheres. Espera-se que ao abrigo deste instrumento sejam financiadas 30 000 PME, que empregam mais de

100 000 pessoas, com empréstimos no montante médio de 5 000 EUR, dos quais 54 % devem destinar-se a mulheres. Projetos similares estão em fase de planeamento na África Austral e Ocidental, face ao sucesso desta abordagem regional ao investimento em atividades de microfinanciamento.

O Instrumento para o Financiamento das Empresas Privadas da África Central e Oriental destina-se a PME com necessidades significativamente maiores, incluindo empresas privadas e empresas dos setores da agroindústria, pescas, agroalimentar, indústria transformadora, construção civil, transportes, turismo e serviços relacionados com estas atividades, bem como educação e saúde privadas.

Em ambos os casos, o Banco presta assistência técnica aos beneficiários finais, para que adquiram competências específicas, tais como a elaboração de planos de negócios e de *marketing* e práticas financeiras e comerciais, e/ou aos intermediários financeiros, para que melhorem a gestão do risco de crédito e o desenvolvimento de produtos.

Estes empréstimos completam-se mutuamente e complementam os empréstimos concedidos por outras instituições financeiras internacionais a operar na região (como a SFI, Proparco, DEG e FMO), visando diferentes grupos e propondo uma grande variedade de produtos, de forma a servir o maior número possível de beneficiários. A assistência técnica prestada contribui em geral para melhorar o clima empresarial da região, mediante o desenvolvimento dos quadros jurídico e regulamentar, da elevação dos padrões sociais e ambientais e da transferência de competências profissionais para o setor privado. Esta é uma forma

Apoiar o crescimento das pequenas empresas na região do Pacífico

Em 2013, o Banco Mundial disponibilizou mais de 40 milhões EUR ao Banque de Tahiti e ao Socredo, na Polinésia Francesa, para apoiar o financiamento a longo prazo de projetos de investimentos elegíveis de pequenas e médias empresas. Os empréstimos destinam-se a impulsionar a criação por pequenas e médias empresas, de novos postos de trabalho na Polinésia Francesa e a apoiar a estratégia de diversificação e crescimento económico aplicada no território. Foi já identificado um sólido conjunto de projectos elegíveis nos setores das energias renováveis, da saúde e educação, dos transportes e do ambiente.

Desde 1980, o Banco Europeu de Investimento concedeu cerca de 80 milhões de EUR a projetos na Polinésia Francesa, sob a forma de linhas de crédito a intermediários financeiros (cerca de um quarto do total), na sua grande maioria linhas de crédito ambientais para financiamento de projetos do setor privado nos domínios das energias renováveis, da eficiência energética, do ambiente e do tratamento de resíduos.

de promover a concorrência e a inovação entre os intermediários financeiros, gerando benefícios económicos sustentáveis para a região.





Investir nas empresas privadas

O BEI participa também em fundos de capital para apoiar o crescimento das PME e alargar o campo de aplicação dos instrumentos financeiros disponíveis. As tomadas de participação constituem uma valiosa fonte de financiamento para as PME nas fases iniciais do seu ciclo de vida, quando os fluxos de caixa não são ainda regulares, permitindo-lhes crescer, investir em ativos fixos ou satisfazer as necessidades acrescidas de financiamento. Os gestores dos fundos também acrescentam valor às empresas, prestando-lhes aconselhamento, formulando estratégias comerciais e de *marketing* e introduzindo melhores práticas de governação empresarial e normas ambientais e sociais.

Em 2013, o Banco tomou uma participação de 25 milhões de EUR no segundo Fundo de Inclusão Financeira *LeapFrog*. Este fundo de capital privado está especializado em produtos de microsseguros para pessoas de fracos rendimentos e financeiramente excluídas na Ásia e em África. Esta operação tem por base os resultados positivos de um investimento de 20 milhões de USD no primeiro fundo *LeapFrog*, o primeiro fundo comercial deste tipo a propor produtos de seguro, bem como serviços de poupança, de pensões e de pagamento, a vastos segmentos da população com insuficiente acesso a este tipo de serviços nestas regiões. Das cerca de 19,5 milhões de pessoas servidas

por este primeiro fundo através das suas sete sociedades beneficiárias¹⁶, mais de 15 milhões são clientes novos e 13,6 milhões são mulheres e crianças. As sociedades nas quais o fundo investiu empregam, no total, mais de 50 000 pessoas.

Exemplo: A companhia de seguros *Express Life*, no Gana, é uma destas sociedades beneficiárias. Esta empresa fornece produtos de seguro e produtos híbridos de seguro-poupança a preços acessíveis a mais de 900 000 ganeses de fracos recursos, 860 000 dos quais estão classificados como mal servidos pelo setor financeiro. 90 % dos clientes nunca tinha tido seguros privados e, no final de 2013, a *Express Life* conseguiu aumentar de 1 165 para 21 000 o número de clientes do seu sistema de seguro de internamento hospitalar. O investimento do *LeapFrog* na *Express Life* é atualmente o maior investimento privado no setor dos seguros no Gana.

Para ambos os fundos, o BEI concedeu ainda um total de 4,5 milhões de EUR em assistência técnica à *LeapFrog Labs*, uma equipa interna de especialistas que presta apoio prático às empresas parceiras, incluindo a melhoria da conceção dos produtos, o apoio a estudos de mercado e o desenvolvimento de sistemas de gestão e de informação.

¹⁶ Em 31.12.2013, www.leapfroginvest.com

Infraestruturas



Os investimentos destinados a aliviar os estrangulamentos nas infraestruturas estão no centro dos esforços do BEI para promover o crescimento e o desenvolvimento nos países ACP e nos PTU. Nenhum país pode alcançar o seu potencial máximo de crescimento sem uma infraestrutura bem desenvolvida, quer se trate de rodovias e centrais elétricas, quer de um acesso adequado à água e ao saneamento. A qualidade das infraestruturas tem incidências diretas no retorno social de outros investimentos e, por essa via, na vontade de investimento dos empresários e das empresas. Os projetos de infraestruturas bem concebidos são catalisadores essenciais do crescimento impulsionado pelo setor privado.



Privilegiar os investimentos energéticos essenciais

A falta de acesso a fontes de energia modernas e a preços comportáveis continua a ser um entrave ao desenvolvimento económico e social. Neste contexto, importa referir que 57 % da população africana não tem acesso à eletricidade. Do mesmo modo, estima-se que, em África, 68 % do combustível usado para cozinhar provenha de fontes tradicionais de biomassa, que têm impactos ambientais, sociais e económicos negativos¹⁷.

Se bem que a energia seja fundamental para o crescimento e o desenvolvimento, os mercados energéticos estão globalizados e sujeitos a fatores incontrolláveis e imprevisíveis, nomeadamente as condições meteorológicas, os conflitos e a geopolítica. É daí que resulta a volatilidade dos preços e a incerteza do abastecimento. As questões energéticas estão hoje no centro da interação entre o crescimento económico no norte, o desenvolvimento sustentável no sul e os desafios ambientais decorrentes das alterações climáticas.

O BEI é um dos mutuantes a nível mundial que mais investe no setor da energia, pelo que deve velar para que as suas atividades dentro e fora da UE sejam coerentes, coadjuvem as políticas da UE e privilegiem os projetos mais suscetíveis de beneficiar da vasta experiência e conhecimentos do Banco.

Na sequência de uma consulta pública concluída no início de 2013¹⁸, o BEI procedeu à revisão da sua Política de Financiamento no Setor da Energia. Tratou-se da primeira revisão tendo por objeto o setor da energia desde 2007, e o processo de consulta permitiu ter em conta contributos pormenorizados de mais de oitenta interessados, incluindo acionistas, associações industriais, entidades da sociedade civil e do setor privado. Os contributos recebidos refletiram não só os desafios económicos que se colocam ao setor da energia, mas também as preocupações decorrentes das emissões.

Efetuada a revisão, o BEI continuará a concentrar a sua atividade no financiamento da eficiência energética, das energias renováveis e das redes energéticas nos países ACP, e a prestar uma assistência técnica que permita desenvolver projetos bem sucedidos nestes setores fundamentais. Em linha com a Agenda para a Mudança, o BEI contribuirá para promover um crescimento inclusivo e sustentável nestes países, e para reforçar a cooperação regional.

O Banco prevê também adotar uma nova Norma de Desempenho de Emissões (NDE), que será aplicada a todos os projetos de produção de energia com combustíveis fósseis, a fim de excluir os investimentos cujas emissões de carbono excedam o limiar estabelecido nos atuais compromissos da UE e dos Estados-Membros para limitar as emissões de carbono.



¹⁷ Agência Internacional de Energia, *World Energy Outlook 2012*, <http://www.worldenergyoutlook.org/publications/weo-2012>

¹⁸ <http://www.eib.org/about/partners/cso/consultations/item/public-consultation-on-eibs-energy-lending-policy.htm>



O BEI está também a desenvolver um conjunto de instrumentos de financiamento inovadores concebidos para colmatar lacunas específicas dos mercados da energia e facilitar o investimento do setor privado, tendo por finalidade alcançar os objetivos da Iniciativa SE4All, de que são exemplos:

- o Fundo de Garantia Africano para a Energia²⁰ (FGAE) que responderá à carência de produtos adequados de atenuação do risco e mobilizará competências técnicas nos setores da banca, dos seguros e dos resseguros para projetos energéticos elegíveis em África;

- o Instrumento de Energia Sustentável para África (IESA) que, através das competências disponibilizadas, da partilha de riscos e dos financiamentos *mezzanine* propostos, permitirá aos bancos comerciais locais financiar projetos de pequena dimensão nas áreas das energias renováveis e da eficiência energética;

- a Plataforma para o Desempenho na área das Energias Renováveis (PDER) constituirá um balcão único destinado a facilitar aos promotores de projetos energéticos de pequena e média dimensão o acesso a produtos de atenuação do risco e a financiamentos adequados que permitam superar os obstáculos ao financiamento.

²⁰ <http://www.eu-africa-infrastructure-tf.net/activities/grants/africa-energy-guarantee-fund-aegf.htm>

Energia sustentável para um desenvolvimento sustentável

A iniciativa «Energia Sustentável para Todos» (SE4All) foi lançada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em 2012 com três objetivos interligados:

- ⇒ assegurar o acesso universal a serviços de energia modernos;
- ⇒ duplicar, à escala mundial, a taxa de melhoria na eficiência energética;
- ⇒ duplicar a quota das energias renováveis no cabaz energético global.

O BEI participa ativamente na preparação de uma resposta da UE a esta iniciativa e colabora com a Comissão Europeia (CE) no sentido de aumentar significativamente os esforços desenvolvidos no setor da energia, em especial no que respeita ao acesso à energia e às energias renováveis. O Banco atuará, nomeadamente, através da combinação de subvenções com empréstimos e através de iniciativas destinadas a captar investimentos do setor privado. A Comissão Europeia, por exemplo, atribuirá 400 milhões de EUR através do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) para apoiar a iniciativa SE4All na África Subsaariana por meio de três instrumentos que permitem combinar subvenções com a participação do BEI:

- ⇒ o Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas¹⁹ (FFI, ver caixa): 329 milhões de EUR para apoiar pequenos projetos nacionais e locais no setor da energia;
- ⇒ o Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis (GEEREF): para prosseguir os objetivos da iniciativa SE4All, 20 milhões de EUR (a juntar a 126 milhões de EUR já existentes) de financiamento de arranque para pequenos projetos de acesso à energia em África disponibilizado através de um fundo de fundos dedicado;
- ⇒ um Instrumento UE-IEFD de Desenvolvimento do Setor Privado (EEDF) com uma dotação de 50 milhões de EUR para apoiar um mecanismo de partilha de riscos para pequenos projetos no setor da energia, incluindo assistência técnica;
- ⇒ uma dotação de 1 milhão de EUR para atividades de avaliação e de comunicação.

¹⁹ www.eu-africa-infrastructure-tf.net





O Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas

O Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas (FFI), gerido pelo BEI, é um bom exemplo do impacto que os financiamentos europeus podem gerar nos projetos africanos. Criado em abril de 2007 pela Comissão, pelo BEI e pelos Estados-Membros da UE, o Fundo tinha financiado, até ao final de 2013, projetos no valor de 497 milhões de EUR. Mais de metade deste valor (quase 306 milhões de EUR) foi direcionado para o setor da energia.

Segundo as estimativas atuais, cada euro de apoio a projetos atribuído pelo FFI deverá gerar 14 euros de investimentos suplementares.

O FFI atribui subvenções para bonificações de juros (BJ) para empréstimos a longo prazo; assistência técnica (AT) para os trabalhos preparatórios, a supervisão de projetos e a capacitação institucional; ajudas ao investimento (AI) para financiar as componentes corpóreas ou incorpóreas dos projetos visando reduzir os custos de investimento para o país parceiro e, por último, instrumentos financeiros (IF) nos quais se incluem tomadas de participação, garantias e outros instrumentos de partilha de riscos.

Em 2013, a Comissão Europeia atribuiu 329 milhões de EUR para apoiar o FFI, como parte de uma dotação global de 500 milhões de EUR da iniciativa «Energia Sustentável para Todos» (SE4ALL). O FFI atribui subvenções através de uma dotação específica da iniciativa destinada a projetos energéticos que cumpram os critérios de elegibilidade da SE4ALL. No final de 2013 tinham já sido aprovadas nove operações de subvenção, num montante total superior a 95 milhões de EUR, para projetos SE4ALL.

De entre os projetos aprovados ao abrigo da iniciativa SE4ALL contam-se:

- => uma primeira subvenção para um instrumento financeiro destinado a uma tomada de participação de 25 milhões de EUR no projeto de parque eólico no lago Turkana, no Quênia;
- => uma ajuda ao investimento de 20 milhões de EUR destinada ao Programa GET FIT do KfW no Uganda para acelerar a constituição de uma carteira com até 15 projetos de pequena dimensão na área das energias renováveis;
- => uma ajuda ao investimento de 10 milhões de EUR para o projeto *Liberia Energy Access* para financiar a realização física de uma rede de distribuição.

Contando com o seu contributo para a dotação SE4ALL, a Comissão concedeu, no total, perto de 640 milhões de EUR ao FFI. Entre os maiores doadores incluem-se o Reino Unido, que atribuiu quase 113 milhões de EUR, a Espanha e a França (com 10 milhões de EUR cada) e a Alemanha (com 9 milhões de EUR).



Responder à procura de água

Em 2013, o Banco investiu mais de 200 milhões de EUR em quatro grandes projetos no setor da água e saneamento na África Ocidental, Oriental e Austral, que beneficiaram de ajudas não reembolsáveis para a preparação dos projetos, o reforço de capacidades das empresas de serviços públicos e a execução dos projetos. Estes projetos irão proporcionar o acesso seguro a água potável a mais de 1,7 milhões de pessoas, ajudando assim a reduzir a incidência de doenças transmitidas pela água e a melhorar as condições de vida das populações.

No Burquina Faso e no Mali, dois dos países mais pobres do mundo, o Banco apoiou projetos que visam



Água e saneamento na região do Lago Vitória, Mwanza, Tanzânia

O Lago Vitória é o maior lago de África. Cerca de 30 milhões de pessoas vivem nas suas margens, no Uganda, no Quênia e na Tanzânia. Os centros urbanos dos arredores, em rápido crescimento, exercem uma pressão crescente sobre o ecossistema do lago, que desempenha um papel importante no desenvolvimento económico de toda a região. Em 2004, os governos dos três países lançaram a iniciativa de abastecimento de água e saneamento no Lago Vitória (projeto LWATSAN), que assenta numa combinação de projetos de investimento e medidas de desenvolvimento de capacidades para apoiar serviços de água e saneamento viáveis destinados às populações da bacia do Lago Vitória. Estas medidas são essenciais para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015.

O BEI trabalha em estreita colaboração com os seus parceiros da Iniciativa de Delegação Recíproca, a AFD e o KfW, e bem assim com a UE, os governos da Comunidade da África Oriental e as Nações Unidas (UN-Habitat) para desenvolver estes projetos que melhoram as condições de saúde das populações que habitam as margens do lago, reforçando o abastecimento de água potável a preços acessíveis e reduzindo o risco de eclosão de doenças transmitidas pela água. O projeto LWATSAN Mwanza, que tem o BEI como financiador principal, é o segundo de um conjunto de três projetos desenvolvidos nas grandes cidades que flanqueiam o lago - Campala no Uganda, Mwanza, Bukoba e Musoma na Tanzânia, e Kisumu no Quênia - identificadas num estudo realizado no âmbito do Instrumento BEI-ACP para a Preparação de Projetos no Setor da Água²¹.

Só na Tanzânia, estima-se em cerca de 500 000 o número de novos utentes que beneficiarão do reforço das capacidades de tratamento de água e de distribuição de água potável. A assistência técnica no valor total de 10 milhões de EUR, financiada simultaneamente com recursos da FI e do Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas, aumentará a capacidade das empresas de serviço público para gerir a execução do projeto a longo prazo. No Uganda, onde o KfW é o financiador principal, os 2,5 milhões de habitantes da capital, Campala, beneficiarão do reforço das capacidades de tratamento de água e de distribuição de água potável. O projeto de Kisumu, no Quênia, em que o financiador principal será a AFD, está ainda em fase de preparação.

²¹ <http://www.eib.org/infocentre/publications/all/eib-water-project-preparation-facility.htm>



Agricultura: segurança alimentar, emprego e integração regional

A agro-indústria e a segurança alimentar estão a tornar-se uma importante prioridade da UE no domínio do desenvolvimento. Em todo o continente africano, é necessário reduzir a dependência da importação de alimentos e solucionar o problema da desnutrição de uma grande parte da população. A Agenda para a Mudança destaca a importância do desenvolvimento da agricultura e da indústria agroalimentar para ajudar a proteger os países em desenvolvimento contra os choques económicos, como a escassez de recursos e da oferta e a volatilidade dos preços. A estratégia conjunta África-UE apela ao reforço dos investimentos destinados a apoiar a segurança alimentar, a inocuidade e a qualidade dos alimentos, que constituem as bases do crescimento sustentável. Em 2013, o BEI assinou dois projetos de apoio ao setor da agricultura.

No âmbito da sua primeira operação no Maláui após a mudança de governo em 2012, o BEI concedeu um empréstimo de 15 milhões de EUR ao First Merchant Bank (FMB) para apoiar o investimento no setor da exportação. Este país é um dos mais pobres e mais densamente povoados de África e tem na agricultura a espinha dorsal da economia. Quase 65 % das empresas estão excluídas do sistema financeiro. Os beneficiários finais do empréstimo serão PME e *mid-caps* privadas que se dedicam principalmente à exportação de produtos agrícolas e que poderão assim diversificar as suas exportações para produtos de maior valor. Esta operação, que apoiará a estratégia do Maláui em matéria de exportações, aumentará as receitas em divisas, criará empregos e diversificará as exportações para outros produtos além do tabaco, que representa o essencial das vendas ao exterior. Os investimentos específicos já planeados cobrem as necessidades em matéria de processamento, armazenamento e transporte nos subsectores do chá, das aves, do algodão e das leguminosas, contribuindo para o comércio regional, a segurança alimentar e a nutrição.

Em 2013, o BEI concedeu um empréstimo suplementar de 8 milhões de EUR à Omnicane, um dos grupos especializados em cana-de-açúcar mais antigos da Maurícia, para a deslocação e renovação de uma fábrica de etanol existente, que será a primeira do país a otimizar e realizar na íntegra o ciclo de processamento da cana-de-açúcar. A unidade refinará o melaço, um subproduto da produção de açúcar, transformando-o em etanol de alta qualidade destinado à indústria e aos biocombustíveis. O CO₂ gerado pelo processo será capturado e vendido; o subproduto final será utilizado como alimentação animal e fertilizante. Esta operação abrirá novas opções de comercialização ao *cluster* açucareiro local, aumentando o seu valor, para além de contribuir para os objetivos estratégicos nacionais e internacionais mediante a substituição dos combustíveis fósseis por biocombustíveis renováveis e a redução das emissões de CO₂ no setor dos transportes. O BEI já havia apoiado a Omnicane em 2009 no seu projeto de criação de uma refinaria de açúcar, que produz atualmente cerca de 150 000 toneladas por ano.



alargar o abastecimento de água potável nas capitais e servir assim um total de 1,4 milhões de pessoas. Os principais beneficiários são as mulheres e as crianças, pois deixam de suportar o penoso trabalho de transportar água. Assim sendo, as mulheres poderão dedicar-se a atividades geradoras de rendimento e as crianças poderão frequentar a escola.

Na Zâmbia e na Tanzânia (ver caixa), além de melhorar a distribuição de água potável, o financiamento em condições preferenciais concedido pelo BEI permitiu cobrir a baixa rentabilidade financeira dos investimentos em serviços de saneamento, especialmente em zonas de fracos recursos, proporcionando melhor acesso ao saneamento básico a um total estimado de 225 000 pessoas. Ambos os projetos, realizados no âmbito da Iniciativa de Delegação Recíproca (ver acima) em estreita colaboração com instituições de financiamento do desenvolvimento parceiras e com o BEI na qualidade de financiador principal, incluem uma componente de assistência técnica importante, destinada a reforçar as capacidades das empresas de serviços públicos nos planos da gestão e das competências técnicas e financeiras, contribuindo assim para a sustentabilidade a longo prazo das suas atividades.

Nos seus empréstimos ao setor da água, a prioridade do BEI é contribuir para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio como premissa básica para combater a pobreza. O Banco centra a sua ação no desenvolvimento de serviços urbanos e periurbanos, nas zonas de rápida urbanização onde a procura supera rapidamente a oferta. Os investimentos do BEI apoiam as estratégias dos governos nacionais em matéria de gestão dos recursos hídricos, ao adotarem uma abordagem integrada da reabilitação e da ampliação das instalações e das redes existentes de abastecimento de água potável e ao responderem às necessidades das populações das áreas periurbanas ou de baixos rendimentos, onde os serviços prestados por estas redes podem não ser a solução adequada.

Os projetos no setor da água carecem muitas vezes de um apoio intensivo nas fases de preparação e acompanhamento. O BEI tem estabelecido parcerias bem sucedidas, tanto com outras IFI e IFD, como com as entidades locais, incluindo ONG. Para garantir que os benefícios da sua vasta experiência neste domínio são transferidos para os seus mutuários, o Banco está



a aumentar a presença técnica no terreno: dois especialistas do setor da água vão trabalhar nos gabinetes do BEI na África Subsariana durante o ano de 2014.

Criar habitação para comunidades urbanas sustentáveis

Entre 2000 e 2011 a população urbana da África Subsariana aumentou mais de 50 %, criando enormes necessidades de investimento em infraestruturas urbanas. Anteriormente, a atividade do BEI neste setor nos países ACP limitava-se à concessão de empréstimos indiretos através de intermediários financeiros locais.

Em 2013, o Banco concedeu o seu primeiro empréstimo direto a favor de uma iniciativa no setor da habitação, no montante de 15 milhões de EUR, à única



IFD pan-africana especialista neste domínio, a *Shelter Afrique* (SHAF) – *The Company for Habitat and Housing in Africa* (sociedade para a habitação e o alojamento em África). A SHAF, constituída em 1982, é detida pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), por IFD internacionais e por 44 Estados africanos soberanos. A sociedade cria parcerias estratégicas e propõe uma vasta gama de produtos e serviços conexos para apoiar eficazmente a oferta de habitação acessível e de espaços comerciais.

O empréstimo do BEI contribuirá para apoiar promotores locais (principalmente PME) de projetos residenciais elegíveis a preços acessíveis, incluindo o fornecimento de infraestruturas e serviços comunitários conexos, tais como água potável, saneamento, energia e rodovias, bem como os necessários trabalhos de limpeza e preparação do local. Os projetos serão integrados nos planos urbanísticos nacionais e locais

pertinentes, inicialmente no Quênia e no Ruanda e, posteriormente, noutros países da África Subsariana.

Uma subvenção para assistência técnica de 1,5 milhões de EUR permitirá melhorar a preparação, o planeamento e a execução do projeto; uma bonificação de juros de 3 milhões de EUR apoiará projetos sociais específicos, nomeadamente nos domínios da escolarização e da saúde, para famílias e comunidades de baixos rendimentos. Esta operação estimulará a criação de comunidades sustentáveis e ajudará a melhorar o processo de desenvolvimento urbano em si, incentivando a aplicação das melhores práticas do setor na realização dos projetos habitacionais. No âmbito deste projeto, 7 500 famílias (cerca de 30 000 pessoas) beneficiarão de novas habitações, mais 1 000 crianças frequentarão o primeiro ciclo do ensino básico e mais 500 o ensino secundário, e serão criados, pelo menos, 750 postos de trabalho permanentes a tempo integral.

Libertar o potencial de desenvolvimento através da conectividade das TIC

O desenvolvimento das infraestruturas ligadas às tecnologias da informação e da comunicação (TIC) produz benefícios socioeconómicos consideráveis. Se bem que a construção de infraestruturas de TIC tenha progredido significativamente nos países ACP ao longo da última década, subsistem ainda grandes necessidades de investimento.

Muitos países costeiros da África Subsariana encontram-se já adequadamente ligados aos sistemas internacionais de comunicações graças aos cabos submarinos. No entanto, essas ligações geralmente estão disponíveis apenas nas zonas próximas dos terminais dos cabos, que normalmente se situam nas capitais desses países. O investimento em cabos terrestres permitirá servir localidades mais isoladas e os países sem litoral, impulsionando o crescimento socioeconómico e, a prazo, a redução da pobreza.

Em 2013, o BEI concedeu um empréstimo de 15 milhões de EUR à República da Mauritânia para a instalação de uma rede interurbana de fibra ótica com mais de 1 500 km, que ligará as cidades do interior à capital, Nuaquechote. Na sequência da operação do BEI que financiou em 2010 a ligação da Mauritânia ao cabo ACE (*Africa Coast to Europe*), este projeto aumentará consideravelmente a disponibilidade e a qualidade dos serviços de telecomunicações em todo o país, bem como nos vizinhos Mali e Senegal. Os utilizadores finais beneficiarão de custos mais reduzidos e as empresas e as indústrias poderão desenvolver-se graças a um acesso seguro e fiável às tecnologias da informação. Para garantir a acessibilidade e a sustentabilidade da operação do cabo, o BEI incluiu no empréstimo cofinanciado com o Banco Mundial uma componente de subvenção e prestou aconselhamento especializado na elaboração e estruturação do projeto em termos financeiros, técnicos, ambientais e sociais.



Ka XU CSP - tecnologia de concentrador cilíndrico-parabólico



Operações na República da África do Sul

Em 2013, o Banco concedeu dois empréstimos à República da África do Sul, no valor total de 260 milhões de EUR.

O BEI continuou a apoiar o emergente setor das energias renováveis na África do Sul através de um empréstimo de 110 milhões de EUR a favor de um segundo projeto de energia solar concentrada (CSP), na sequência do lançamento bem sucedido, em 2012, do projeto de torre solar Khi Solar One. O projeto consiste na construção e colocação em funcionamento de uma inovadora central CSP com capacidade de 100 MW em Ka Xu, na província de *Northern Cape*, na África do Sul, que aplicará a tecnologia de concentrador cilíndrico-parabólico. Graças à tecnologia CSP de vanguarda, com capacidade de armazenamento suficiente para gerar e distribuir eletricidade com céu nublado, a central de Ka Xu fornecerá energia renovável a cerca de 60 500 habitações sul-africanas durante o horário de pico de consumo.

Em conjunto, os dois projetos Khi Solar One e Ka Xu Solar One:

- contribuirão para a concretização do objetivo da África do Sul de, até 2030, aumentar para 17 800 MW a capacidade de produção de energia renovável, ou seja, o equivalente a 15 % da produção total de eletricidade;
- evitarão a emissão de cerca de 500 000 toneladas de CO₂ por ano;
- reduzirão a dependência do país face ao petróleo e ao gás natural;
- reforçarão a fiabilidade do abastecimento de eletricidade, contribuindo assim para o crescimento sustentável, o emprego e a melhoria das condições de vida da população.

Nos países em desenvolvimento e nas economias emergentes, grande parte da população urbana vive na pobreza, o que coloca aos governos o difícil desafio de proporcionar habitação adequada a um preço comportável para essa população. Na África do Sul, onde a segregação urbana herdada do *apartheid* agrava ainda mais este problema, 60 % da população - estimada em 52 milhões de pessoas - vive em áreas urbanas. De acordo com as estimativas do Governo, existe um défice de mais de dois milhões de habitações, com habitações abandonadas nos centros das cidades e subúrbios superpovoados.

Em 2008, o BEI disponibilizou 150 milhões de EUR através de três bancos comerciais e duas instituições públicas para financiar a oferta de habitação social a preços acessíveis, incluindo as respetivas infraestruturas urbanas, em todo o país. Graças a este empréstimo, cerca de 150 000 pessoas, ou seja 42 000 famílias, beneficiaram de acesso a água potável corrente, saneamento básico e eletricidade, e foram criados perto de 10 000 postos de trabalho. Com base no êxito deste projeto, o BEI concedeu em 2013 mais 150 milhões de EUR a dois dos bancos comerciais mencionados e às mesmas instituições públicas, para apoiar a construção de cerca de 23 800 habitações adicionais.

Ao proporcionar habitação acessível, a operação do BEI visa contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades herdadas do *apartheid*.

Financiar ações a favor do clima para promover o desenvolvimento económico



Nos países ACP e nos PTU, a ação a favor do clima constitui um tema transversal prioritário, ligado à redução da pobreza e ao desenvolvimento económico. É essencial encontrar um equilíbrio entre, por um lado, a sustentabilidade em termos de limitação das emissões de carbono e, por outro, a necessidade de desenvolvimento e crescimento económico. Para além de apoiar investimentos em projetos de atenuação das alterações climáticas, o BEI ajuda os países ACP a prepararem-se para os efeitos deste fenómeno através de investimentos na adaptação aos efeitos das alterações climáticas, nomeadamente em medidas de prevenção de inundações e projetos de adaptação dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento.

A maioria dos países ACP encontra-se ainda numa fase muito inicial do seu desenvolvimento, sendo portanto natural que as emissões venham a aumentar ao longo do tempo. Todavia, é do interesse de todos que os países mais pobres da região não sigam a mesma trajetória de desenvolvimento percorrida pelos países emergentes noutras partes do mundo (por exemplo,

na Ásia), que se caracterizou pela produção intensiva de carbono. O continente africano, em particular, com os seus abundantes recursos hídricos, eólicos e solares, tem condições para saltar esta fase de desenvolvimento. O BEI pode desempenhar um papel importante neste processo, tirando partido da sua vasta experiência internacional no setor das energias renováveis.



Mandato para a Sustentabilidade Energética e para a Segurança do Aprovisionamento

Em 2013, o BEI assinou três projetos num montante total superior a 15 milhões de EUR na região ACP ao abrigo do Instrumento para a Sustentabilidade Energética e a Segurança do Aprovisionamento (ESF). O ESF foi instituído em 2007 para permitir uma contribuição mais eficaz do Banco para a aplicação das políticas fundamentais da UE neste setor em diversas regiões fora da Europa. Com uma dotação de até 4 500 milhões de EUR, este mandato específico destina-se a projetos que contribuam para reduzir as emissões de carbono e apoiar as ações a favor do clima, em particular investimentos no desenvolvimento de fontes de energia renováveis e na promoção da eficiência energética.

=> Althelia Climate Fund

O BEI investiu 25 milhões de EUR no *Althelia Climate Fund*, dos quais 10 milhões de EUR devem ser aplicados na região ACP. Este fundo global investirá numa vintena de projetos de geração de créditos de carbono florestal e de outros créditos ambientalmente certificados para venda no mercado de compensação voluntária de emissões. O objetivo do fundo é captar recursos de investidores públicos e privados no total de 150 milhões de EUR. Espera-se que os investimentos permitam reduzir as emissões de dióxido de carbono (CO₂) em 10 milhões de toneladas anuais e promovam a participação do setor privado na proteção das florestas, enfrentando as causas da desflorestação através do aumento sustentável da produção de recursos florestais, preservando em simultâneo o capital natural. As previsões apontam para a criação de 3 600 postos de trabalho durante a realização dos projetos, assegurando meios de subsistência sustentáveis e contribuindo para a redução da pobreza.

Esta iniciativa pioneira é a primeira operação de apoio do Banco ao programa REDD+ (Redução das Emissões devidas à Desflorestação e à Degradação Florestal), um importante instrumento do mercado destinado a proteger as florestas e a reduzir a desflorestação, que está na origem de até 17 % das emissões de gases com efeito de estufa a nível mundial. A participação do BEI, enquanto investidor-pilar do fundo, contribuirá para o desenvolvimento desta importante categoria de ativos e terá um efeito sinalizador positivo, em

particular nos setores prioritários estratégicos da eficiência dos recursos e da ação a favor do clima.

=> Dasos Timberland Fund II

Na sequência do êxito do *Dasos Timberland Fund I*, o BEI assinou um investimento de 30 milhões de EUR a favor de um segundo fundo, o *Dasos Timberland Fund II*. Este fundo, com uma dimensão-alvo de 300 milhões de EUR, dedica-se a investimentos na gestão sustentável das florestas e na biomassa, 30 % dos quais serão efetuados fora da Europa. Com a sua participação no primeiro fundo, o BEI esteve na vanguarda do desenvolvimento de uma nova categoria de fundos de *private equity* na Europa, consolidando o seu papel protagonista na gestão sustentável e na utilização eficiente e racional dos ativos florestais.

O segundo fundo investirá em projetos de nova plantação, bem como em florestas maduras, a fim de reduzir o fosso entre a procura e a oferta sustentável de madeira para uso industrial e energético. Espera-se que contribua para a atenuação das alterações climáticas e para a adaptação aos seus efeitos do ponto de vista da produção de biomassa, em conformidade com os objetivos da UE para 2020 em matéria de energias renováveis, e que proporcione muitos outros benefícios ambientais, incluindo uma melhor gestão dos solos, dos recursos hídricos e das florestas e a proteção da biodiversidade.

O fundo deverá investir em seis a dez projetos que incluem a plantação de cerca de 10 000 hectares de floresta nova, a gestão de cerca de 20 000 hectares de floresta madura e a criação de 250 postos de trabalho diretos permanentes.

=> GEEREF

Em 2013, o BEI comprometeu-se a investir até 10 milhões de EUR de recursos próprios no Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis (GEEREF). Lançado em 2008, o GEEREF é um fundo de fundos inovador, que disponibiliza capital de risco em todo o mundo através de investimentos privados em projetos que visam a eficiência energética e as energias renováveis nos países em desenvolvimento e nas economias em transição. Tem por objetivo acelerar a transferência, o desenvolvimento e a utilização de tecnologias respeitadoras do ambiente nas regiões mais pobres do mundo, contribuindo para o fornecimento de uma energia segura, limpa e acessível às

populações locais. A Comissão Europeia, a Alemanha e a Noruega comprometeram-se inicialmente a aplicar 112 milhões de EUR de capital-semente no GEEREF, estando atualmente em curso esforços para captar recursos junto de investidores do setor privado disponíveis para apoiar os três objetivos básicos do fundo correspondentes a três «P»: População, Planeta, Proveitos.

Desde 2008, a gestão e assessoria do GEEREF é assegurada por uma equipa de profissionais experientes do Grupo BEI que possuem uma ampla experiência nos mercados emergentes, conhecimentos profundos de *private equity* e uma elevada especialização nos setores das infraestruturas, das energias renováveis e da eficiência energética. Até à data, o GEEREF investiu em sete fundos que, por seu turno, investiram em dezoito projetos, nomeadamente de produção de eletricidade de origem eólica, solar e hídrica e eficiência energética situados em África, no Sudeste Asiático, na América Latina e nas Caraíbas.

Esta contribuição visa apoiar os objetivos do GEEREF, que consistem em ajudar a atenuar as alterações climáticas, disponibilizando capitais e financiamento para projetos de pequena e média dimensão relacionados com as energias limpas realizados fora da União Europeia. Apoiar também o desenvolvimento económico sustentável nos países onde os projetos são realizados, contribuindo para o fornecimento de eletricidade e/ou de calor a partir de fontes de energia renováveis e para a redução das emissões de poluentes atmosféricos, incluindo as emissões de gases com efeito de estufa provenientes da produção de energia convencional. Além disso, espera-se que o investimento do BEI tenha um efeito catalisador importante na captação de recursos para o GEEREF, mobilizando investidores do setor privado ou comercial. As primeiras participações de capital privado no fundo GEEREF foram assinadas no final de 2013 e estão em curso esforços de captação de recursos.

Elevação das normas ambientais e sociais

Nos termos do Tratado da União Europeia (UE), o BEI promove o desenvolvimento sustentável através dos projetos que financia, concentrando-se no seu valor acrescentado e procurando a obtenção de resultados positivos.

Para esse efeito, o BEI procede a uma avaliação integrada das características e dos impactos dos projetos a nível económico, ambiental e social, garantindo ao mesmo tempo a sua conformidade com a política da UE, a sua solidez e sustentabilidade em termos de financiamento e gestão, bem como a sua conformidade com as melhores práticas das instituições financeiras internacionais homólogas.

Em 2013, na sequência de uma consulta pública e para ter em conta os novos tipos de instrumentos de financiamento, a evolução das boas práticas e uma maior prioridade aos direitos do Homem e à eficácia da ação a favor do desenvolvimento, o BEI procedeu à revisão do seu Manual de Boas Práticas Sociais e Ambientais²², no intuito de:

=> clarificar a sua estrutura, de forma a melhor diferenciar os elementos internos dos critérios de desempenho aplicados aos promotores dos projetos;

=> melhorar a integração das considerações relativas aos direitos do Homem, tornando mais explícita a sua abordagem fundada nos direitos do Homem;

=> melhorar a coordenação com outras instituições financeiras internacionais.

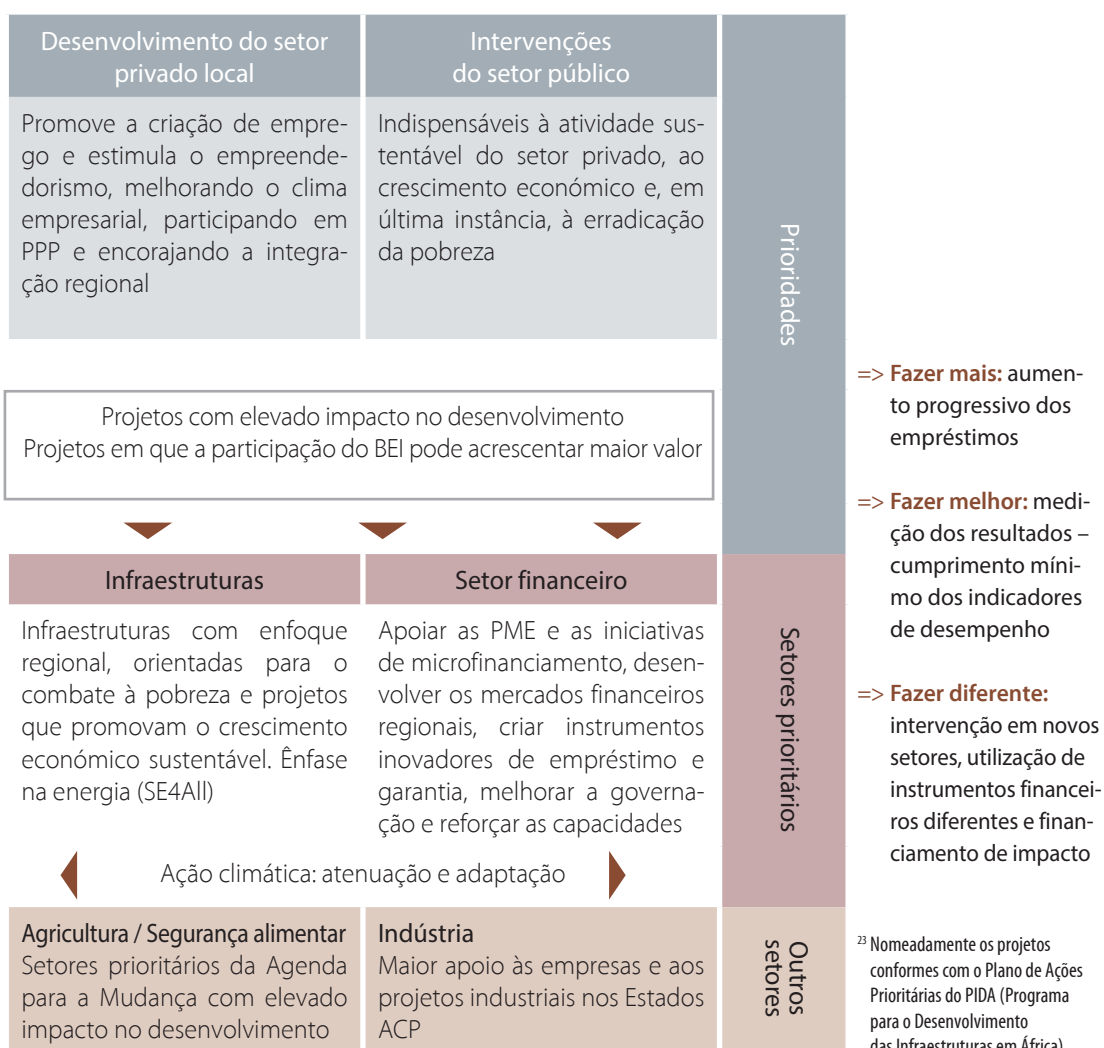
²² http://www.eib.org/attachments/strategies/environmental_and_social_practices_handbook_en.pdf







Roteiro para 2014-2016



²³ Nomeadamente os projetos conformes com o Plano de Ações Prioritárias do PIDA (Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África).



Organização e recursos humanos

O departamento ACP-FI do BEI tem a seu cargo a gestão de todas as atividades do Banco nos Estados ACP, na República da África do Sul e nos países e territórios ultramarinos, assim como a realização de atividades com interesse para os Estados ACP ao abrigo de mandatos especiais, nomeadamente o mandato relativo às alterações climáticas. Os colaboradores que se dedicam a estas atividades integram também outras equipas no âmbito da Direção de Operações no Exterior da União Europeia, como sejam a Divisão de Acompanhamento das Operações, a Divisão de Capital Próprio e Microfinanciamento e a Divisão de Fundos Fiduciários e Combinação de Recursos²⁴. Estas duas últimas divisões foram criadas no final de 2013 e abrangem o conjunto das regiões exteriores à União Europeia.

²⁴ O Secretariado do Fundo Fiduciário UE-África para a Infraestruturas insere-se nesta divisão.



Equipas dos gabinetes regionais



Equipa do gabinete de Tshwane (Pretória)



Equipa do gabinete de Santo Domingo



Equipa do gabinete de Dacar



Equipa do gabinete de Nairobi



Equipa do gabinete de Sydney

No final de 2013, contavam-se 77 membros do pessoal equivalentes a tempo inteiro²⁵ (ETI) encarregados das operações nos países ACP e 15 agentes locais colocados nos gabinetes regionais de Nairóbi (África Central e Oriental), Dacar (África Ocidental), Pretória (África Austral) e Sidney (Pacífico). Em 2013, o gabinete das Caraíbas foi transferido de Fort-de-France (Martinica) para Santo Domingo (República Dominicana), onde partilha as instalações com o Serviço Europeu para a Ação Externa. A presença do BEI no terreno facilita a avaliação dos mercados, a prospeção de projetos, a análise e gestão das operações, bem como o acompanhamento dos projetos, a comunicação e as relações com os parceiros locais. A presença em instalações partilhadas com as Delegações da UE, como é o caso do novo Gabinete para as Caraíbas, deverá reforçar o diálogo e aumentar as sinergias entre os dois braços financeiros da política de cooperação para o desenvolvimento da União Europeia.

Em 2013, o Comité Executivo do BEI aprovou um aumento do número de efetivos da Facilidade de Investimento ACP, uma necessidade justificada por diversos motivos: para além do aumento constante do volume de assinaturas anuais ao abrigo da IF, a complexidade das operações está também a aumentar com a utilização de instrumentos inovadores e de operações complexas de *project finance*, e continuará a intensificar-se com a execução da nova dotação de 500 milhões de EUR destinada ao financiamento de impacto.

Os 17 novos membros do pessoal serão colocados como se segue:

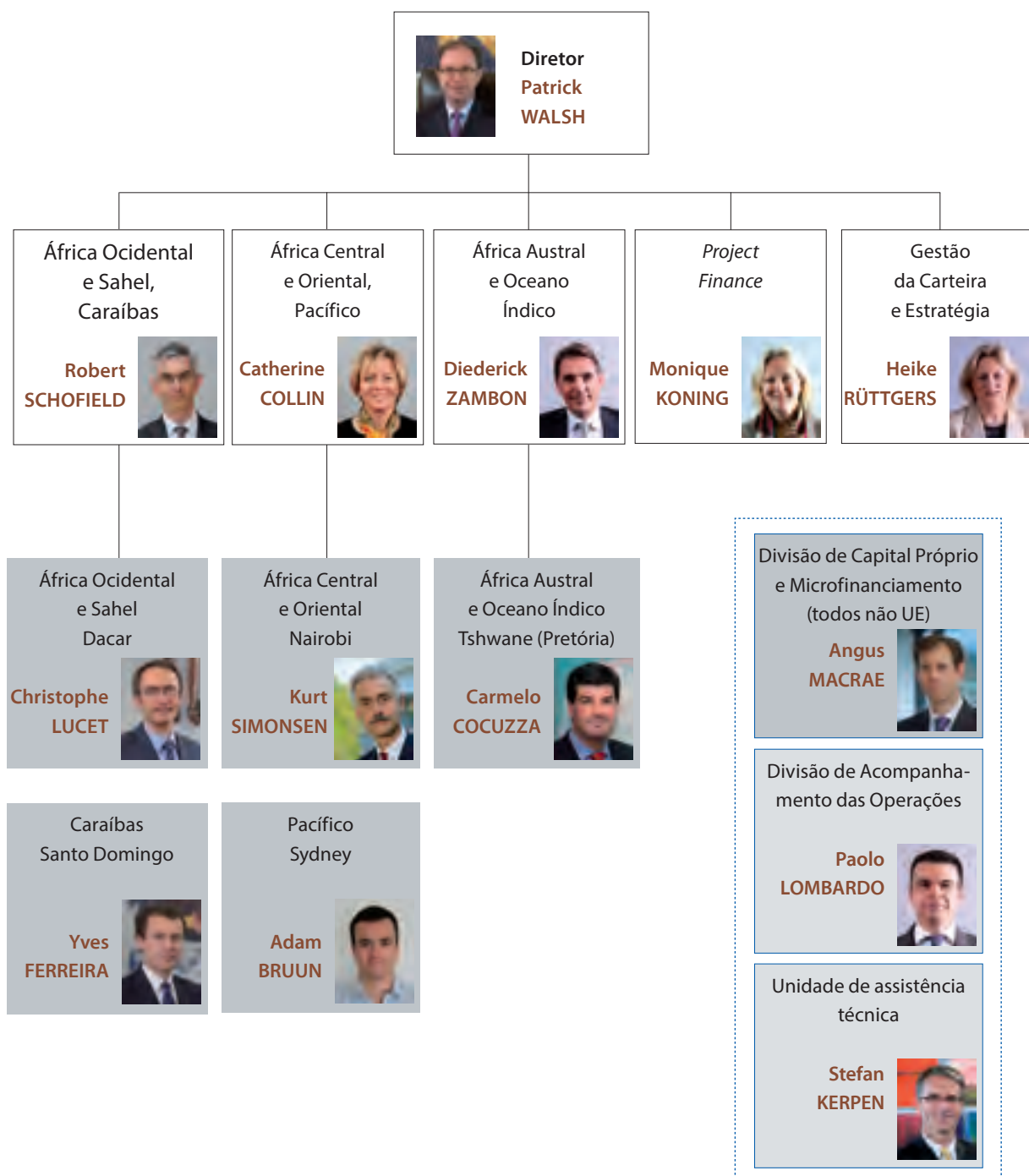
Sede do BEI no Luxemburgo			Gabinetes externos
Um agente na Divisão de Capital Próprio e Micro-financiamento	Dois agentes na Divisão de <i>Project Finance</i> e Garantias	Três agentes para reforçar as atividades de gestão do risco financeiro e de controlo financeiro	<p>=> Quatro peritos técnicos do BEI com perfil de engenheiro (dois especialistas no setor da água e outros dois no setor da energia) a colocar nos gabinetes regionais do BEI na África Subsariana;</p> <p>=> Sete responsáveis operacionais do BEI a colocar nas seguintes Delegações da UE na África Subsariana, nas Caraíbas e no Pacífico:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Papua Nova Guiné (Porto Moresby) • Camarões (Iaundé) • Etiópia (Adis Abeba)²⁶ • Costa do Marfim (Abidjã) • Barbados (Bridgetown) • Moçambique (Maputo) • Zâmbia (Lusaca)


²⁵ O tempo despendido em atividades nas regiões ACP pelos colegas de outras direções do BEI (Projetos, Finanças, Gestão e Reestruturação das Operações, Assuntos Jurídicos) representou 27 % do tempo total contabilizado.

²⁶ Delegação da União Europeia na Etiópia e não junto da União Africana (UA).



Organigrama





Resultados da carteira da FI (como fundo autorrenovável)

Conta de resultados

No que respeita ao exercício de 2013, a Facilidade de Investimento evidencia um resultado líquido de 500 000 EUR, em comparação com um resultado líquido de 19 milhões de EUR em 2012. O decréscimo significativo dos resultados é atribuível principalmente às rubricas seguintes:

- ⇒ As perdas por imparidade na carteira de operações de financiamento de dívida, líquida de reversões, aumentaram significativamente para uma perda líquida de -27,3 milhões de EUR (ganho de 600 000 EUR em 2012). Foram inscritos -29,3 milhões de EUR de perdas por imparidade adicionais, enquanto 2 milhões de EUR de perdas por imparidade de exercícios anteriores foram revertidos devido à melhoria da situação dos projetos subjacentes. A imparidade da carteira de operações de financiamento de capital diminuiu ligeiramente em 8 % de -8,9 milhões de EUR para -8,2 milhões de EUR. O nível atual de provisionamento das operações de financiamento (dívida e capital) é equivalente a cerca de 6 % do valor da carteira (face a 4 % em 2012).
- ⇒ As receitas de comissões aumentaram significativamente de 1,9 milhões de EUR para 4,1 milhões de EUR, principalmente devido ao reembolso antecipado de um empréstimo que teve lugar em 2013 e gerou comissões de reembolso antecipado de 2,6 milhões de EUR.
- ⇒ O resultado cambial líquido baixou 35 % de uma perda líquida de -10,6 milhões de EUR para uma perda líquida de -6,9 milhões de EUR.

⇒ Os ganhos líquidos realizados com ativos financeiros disponíveis para venda aumentaram significativamente de 1 milhão de EUR para 5,3 milhões de EUR, devido ao aumento dos dividendos recebidos em 2013, que ascenderam a 2,5 milhões de EUR (900 000 EUR em 2012), e aos proveitos nas vendas, que ascenderam a 2,8 milhões de EUR (100 000 EUR em 2012).

⇒ As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados constituídos por contratos de *swap* diminuíram 18 %, de um ganho líquido de 5,3 milhões de EUR para um ganho líquido de 4,4 milhões de EUR.

⇒ Os juros e proveitos equiparados aumentaram ligeiramente de 67,5 milhões de EUR para 68,2 milhões de EUR.

⇒ Os gastos administrativos líquidos ascenderam a -37,9 milhões de EUR, tendo aumentado 5 % relativamente a 2012.

Balanço

⇒ O total dos capitais próprios aumentou de 1 774,4 milhões de EUR em 2012 para 1 884,7 milhões de EUR em 2013. Esta evolução explica-se pelo aumento em 100 milhões de EUR das contribuições dos Estados-Membros (para 1 661,3 milhões de EUR), pelo crescimento dos lucros não distribuídos, que se cifraram em 145,2 milhões de EUR em 2013, contra 144,7 milhões de EUR em 2012 e, por fim, pela reserva de justo valor, cujo saldo no encerramento do exercício ascendia a 78,2 milhões de EUR contra um saldo de 68,4 milhões de EUR em 2012.



- ⇒ Sob o efeito da expansão da atividade financeira, a carteira de empréstimos aumentou 75,9 milhões de EUR para 1 222,2 milhões de EUR (ou seja, um acréscimo de 7 %), o que faz desta rubrica, com 54 % do balanço, a principal do ativo.
- ⇒ Os investimentos de capital registaram um ligeiro decréscimo de 333 milhões de EUR para 331,7 milhões de EUR.
- ⇒ No que respeita ao passivo, as «dívidas a terceiros» constituem a rubrica mais importante, com um total de 331,2 milhões de EUR (312,1 milhões de EUR em 2012). Esta rubrica inclui o montante de 292,6 milhões de EUR (267 milhões de EUR em 2012) de bonificações de juros e assistência técnica recebidos dos Estados-Membros e ainda não desembolsados e o montante de 38,6 milhões de EUR (45,1 milhões de EUR em 2012) de quantias devidas ao BEI, constituídas por comissões de gestão no valor de 37,9 milhões de EUR (36,2 milhões de EUR em 2012) e recebimentos de caixa por conta do BEI no montante de 700 000 EUR (8,9 milhões de EUR em 2012).

Perfil de risco

O Banco assegura a qualidade da carteira global da FI através de um exame seletivo dos projetos numa fase precoce, de um acompanhamento regular e reforçado das operações que realiza e de avaliações *ex post*. Tendo em vista uma gestão adequada do risco de crédito inerente a algumas novas operações ou dos efeitos de circunstâncias adversas sobre as contrapartes atuais, o Banco mantém uma lista de operações de risco potencial a vigiar, que é regularmente atualizada. Duas vezes por ano apresenta um relatório de risco às partes interessadas nos Estados-Membros.

Em 31 de dezembro de 2013, a carteira da FI cumpria todos os limites aplicáveis.

Em termos gerais, a qualidade de crédito da carteira da FI registou uma melhoria. A proporção de empréstimos de «alta qualidade» até «risco aceitável» aumentou de 43,9 % em 2012 para 56,8 % em 2013, tendo a proporção de empréstimos de maior risco decrescido de 34,9 % em 2012 para 23,6 % em 2013. O volume das operações

de participação de capital manteve-se praticamente inalterado, representando 19,7 % da carteira da FI.

A análise das cinco principais exposições a contrapartes evidencia a existência de um risco de concentração não negligenciável na carteira (as cinco principais contrapartes representam 19,4 % da carteira). Além disso, no plano setorial, os projetos pertencentes aos dois setores predominantes (excluindo os empréstimos globais) ou seja, a energia e os serviços, continuaram a apresentar um perfil de risco muito elevado.

Operações em imparidade – Em 31 de dezembro de 2013, eram 22 as operações a vigiar constantes da respetiva lista, face a 16 operações em junho de 2013 e no final de 2012. As operações a vigiar ascendem a 199,5 milhões de EUR e representam 7,5 % do total das operações assinadas em curso, mantendo-se relativamente estáveis face a dezembro de 2012 (8 %).

Receitas de operações precedentes

No final de 2013, as contribuições de capital dos Estados-Membros da UE para a Facilidade de Investimento ACP totalizaram 1 661 milhões de EUR, considerando a dotação total atribuída ao abrigo do Acordo de Cotonu no montante de 3 185 milhões de EUR. Através deste mecanismo autorrenovável único, as disponibilidades adicionais, provenientes de reembolsos de capital de empréstimos, proveitos de juros, vendas de ações e receitas de dividendos, são reinjetadas na Facilidade. No final de 2013, as receitas de operações precedentes cifraram-se em 916 milhões de EUR.

Deste modo, é possível aprovar financiamentos adicionais para projetos, que excedem o montante total da dotação atribuída à Facilidade, tendo por base projeções futuras quanto às receitas previstas de operações precedentes. Todas as novas aprovações desde o início de 2012 têm sido financiadas com receitas de operações precedentes.

O valor total acumulado desde 2003 das aprovações ao abrigo da Facilidade de Investimento ACP ultrapassa os 5 000 milhões de EUR. Segundo as previsões, o volume de financiamento deverá continuar a aumentar todos os anos até atingir, no final de 2020, três vezes o valor da dotação inicial.



Anexos

- 55** 1. Lista dos países ACP e dos países e territórios ultramarinos
- 56** 2. Síntese estatística
- 58** 3. Lista de operações assinadas a cargo da Facilidade de Investimento, 2003-2013 (ACP e PTU)
- 65** 4. Lista de operações assinadas a cargo de recursos próprios, 2003-2013 (ACP e PTU)
- 68** 5. Linhas de crédito concedidas (FI e RP, ACP e PTU), 2003-2013
- 69** 6. Operações de assistência técnica assinadas em 2013
- 70** 7. Dotações destinadas a bonificações de juros, 2003-2013
- 71** 8. Demonstrações financeiras abreviadas da Facilidade de Investimento em 31 de dezembro de 2013²⁷
- 75** 9. Lista de siglas e abreviaturas
- 76** 10. Endereços do BEI

²⁷ As demonstrações financeiras completas e os respetivos anexos encontram-se disponíveis para download em www.eib.org ou podem ser solicitadas por e-mail: info@eib.org



1. Lista dos países ACP e dos países e territórios ultramarinos

África

- *África do Sul***
- Angola
- Benim
- Botsuana
- Burquina Faso
- Burundi
- Cabo Verde
- Camarões
- Chade
- Comores
- Congo
- Costa do Marfim
- Eritreia
- Etiópia
- Gabão
- Gâmbia
- Gana
- Guiné
- Guiné-Bissau
- *Guiné Equatorial**
- Jibuti
- Lesoto
- Libéria
- Madagáscar
- Maláui
- Mali
- Maurícia
- Mauritània
- Moçambique
- Namíbia
- Níger
- Nigéria
- Quénia
- República Centro-Africana
- República Democrática do Congo
- Ruanda
- São Tomé e Príncipe
- Seicheles
- Senegal
- Serra Leoa
- Somália
- Suazilândia
- *Sudão**
- *Sudão do Sul**
- Tanzânia
- Togo
- Uganda
- Zâmbia
- Zimbabué

Caraíbas

- Antígua e Barbuda
- Baamas
- Barbados
- Belize
- *Cuba**
- Domínica
- Granada
- Guiana
- Haiti
- Jamaica
- República Dominicana
- Santa Lúcia
- São Cristóvão e Nevis
- São Vicente e Granadinas
- Suriname
- Trindade e Tobago

PTU

- Anguila
- Aruba
- Bermudas
- Bonaire
- Curaçau
- Geórgia do Sul e Sandwich do Sul
- Gronelândia
- Ilhas Caimão
- Ilhas Falkland
- Ilhas Pitcairn
- Ilhas Turcas e Caicos
- Ilhas Virgens Britânicas
- Monserrate
- Nova Caledónia e Dependências
- Polinésia Francesa
- Saba
- São Bartolomeu
- Santa Helena e Dependências
- Santo Eustáquio
- São Pedro e Miquelon
- São Martinho (Sint Maarten)
- Território Antártico Britânico
- Território Britânico do Oceano Índico
- Territórios Austrais e Antárticos Franceses
- Wallis e Futuna

Pacífico

- Fiji
- Ilhas Cook
- Ilhas Marshall
- Ilhas Salomão
- Micronésia
- Nauru
- Niue
- Palau
- Papua-Nova Guiné
- Quiribati
- Samoa
- Timor-Leste
- Tonga
- Tuvalu
- Vanuatu

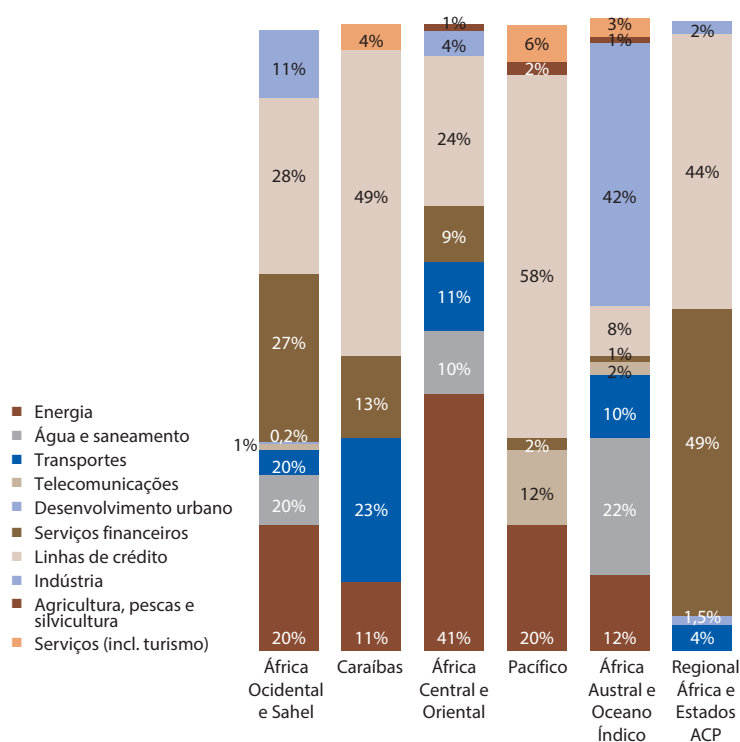
* Estado ACP que não é signatário ou não ratificou o Acordo de Cotonu revisto.

** África do Sul: embora seja parte do grupo regional de Estados ACP e signatária do Acordo de Parceria de Cotonu, a África do Sul recebe assistência do BEI ao abrigo de um mandato diferente.

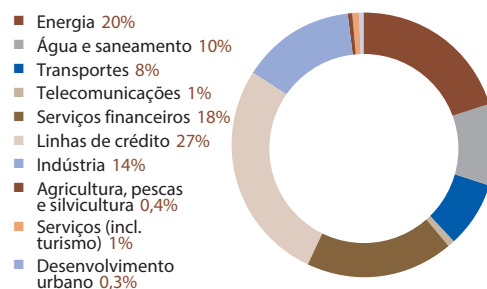
2. Síntese estatística

Aprovações, assinaturas e desembolsos anuais e acumulados (2003-2013)													
		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
ACP FI (1.º e 2.º Prot.) (3 185,5 milhões de EUR)	Aprovações	368,9	318,2	478,9	586,0	261,7	339,4	624,3	419,1	429,6	617,0	798,0	5 241,0
	Assinaturas	136,9	336,2	353,7	566,2	310,0	334,7	409,3	369,1	193,0	355,0	471,5	3 835,6
	Desembolsos	4,1	93,6	113,8	184,9	328,5	218,0	198,5	260,0	305,5	315,1	277,2	2 299,2
ACP Recursos Próprios 1.º Prot. (1 720 milhões de EUR)	Aprovações	43,1	47,3	170,0	207,3	550,3	133,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1 151,0
	Assinaturas	6,1	62,2	150,9	167,3	431,8	148,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	967,1
	Desembolsos	0,0	6,7	13,7	85,9	107,4	194,7	156,5	34,3	60,4	28,8	27,8	716,2
ACP Recursos Próprios 2.º Prot. (2 030 milhões de EUR)	Aprovações						83,8	663,2	680,0	129,2	375,0	308,5	2 239,7
	Assinaturas						83,8	413,2	597,8	386,6	289,5	240,5	2 011,4
	Desembolsos						0,0	26,8	156,4	62,2	86,0	123,1	454,4

Desagregação por região e setor
2003-2013 (ACP e PTU, FI e RP):



Desagregação por setor
2003-2013 (ACP e PTU, FI e RP):

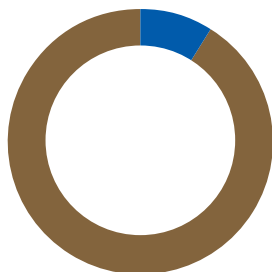




Desagregação por instrumento financeiro
2003 - 2013 (ACP e PTU)

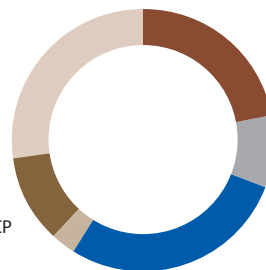
Apenas recursos próprios:

- Linhas de crédito 9%
- Empréstimo sénior 91%



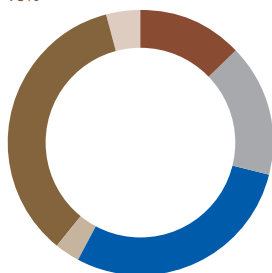
Desagregação por região
2003-2013 (ACP e PTU, FI e RP):

- África Ocidental e Sahel 22%
- Caraíbas 9%
- África Central e Oriental 28%
- Pacífico 3%
- África Austral e Oceano Índico 11%
- Regional África e Estados ACP 27%



Apenas recursos da FI:

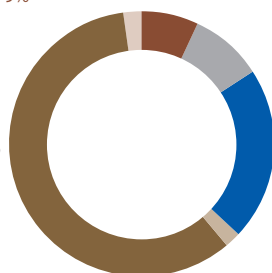
- Acordo de agência* 13%
- Tomada de participação 16%
- Linhas de crédito 29%
- Garantia 3%
- Empréstimo sénior 35%
- Empréstimo subordinado e quase-capital 4%



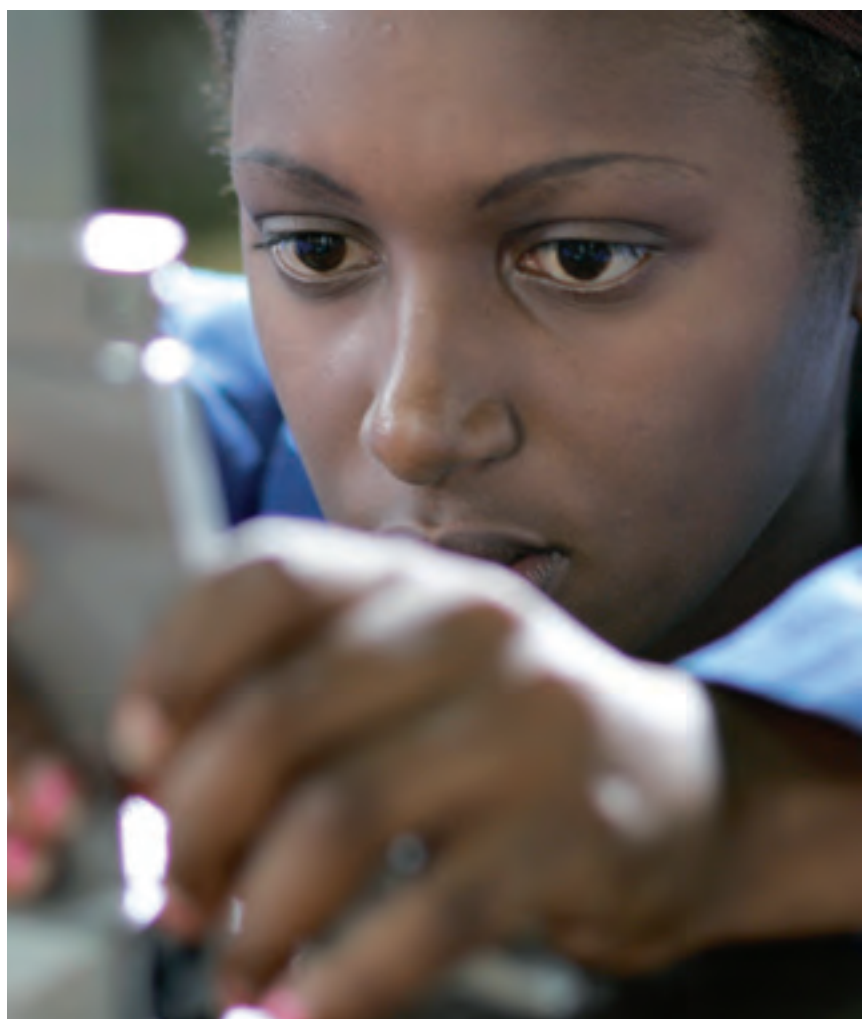
* Acordo-Quadro dos EFP

Recursos próprios e da FI:

- Acordo de agência* 7%
- Tomada de participação 9%
- Linhas de crédito 21%
- Garantia 2%
- Empréstimo sénior 59%
- Empréstimo subordinado e quase-capital 2%



* Acordo-Quadro dos EFP



3. Lista de operações assinadas a cargo da Facilidade de Investimento, 2003-2013 (ACP e PTU)

* em moeda local

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2003					
AFRICAN BANKS HOLDINGS, LLC	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	27,45
AUREOS EAST AFRICA FUND	Regional – África Oriental	Serviços	Participação	Privado	6,77
AUREOS SOUTHERN AFRICA VENTURE CAPITAL	Regional – África Austral	Serviços	Participação	Privado	10,15
AUREOS WEST AFRICA FUND	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	8,46
BEL OMBRE HOTEL B (SUBORDINATED LOAN)	Maurícia	Serviços	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	3,30
BEL OMBRE HOTEL C (INDIRECT EQUITY)	Maurícia	Serviços	Participação	Privado	2,80
DEV. DU SECTEUR PRIVE PG II A CAMEROUN	Camarões	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,00
DEV. DU SECTEUR PRIVE PG II B CAMEROUN	Camarões	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	25,00
EBTR MAURITANIE	Mauritânia	Desenvolvimento urbano	Empréstimo sénior*	Privado	4,00
KANSANSHI COPPER MINE	Zâmbia	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	34,00
PG BURKINA FASO CREDIT BAIL II	Burquina Faso	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	2,00
PG BURKINA FASO II	Burquina Faso	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
Subtotal para 2003					136,93
2004					
AFRICAN LION MINING FUND II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	6,45
BOAD IV B FACILITE DE GARANTIE	Regional – África Ocidental	Serviços	Garantia	Privado	25,00
BOAD IV C PRISE DE PARTICIPATION	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	4,60
DFCU LEASING GLOBAL LOAN	Uganda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS (EFP)	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EUROPEAN FINANCING PARTNERS (EFP)	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	0,01
FABULOUS FLOWERS	Botswana	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	2,00
MAGADI SODA PURE ASH PROJECT / B (IF)	Quênia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	11,37
MAGADI SODA PURE ASH PROJECT / C (IF)	Quênia	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	1,65
MOMA TITANIUM MINERALS	Moçambique	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	15,00
MOMA TITANIUM MINERALS	Moçambique	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	40,00
MOZ/RSA NATURAL GAS-UPSTREAM COMPONENT	Moçambique	Energia	Empréstimo sénior	Público	10,00
NIGERIA GLOBAL LOAN	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,00
NOVOTEL DENARAU PROJECT (IF)	Fiji	Serviços	Participação	Privado	5,00
PRET GLOBAL II (GABON)	Gabão	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,50
PRET GLOBAL II (GABON) B	Gabão	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,50
SAMOA VENTURE CAPITAL FUND	Samoa	Serviços	Participação	Privado	0,30
SHORECAP INTERNATIONAL LTD (SCI)	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	2,05
SNIM VII	Mauritânia	Energia	Empréstimo sénior	Privado	22,50
SONABEL III	Burquina Faso	Energia	Empréstimo sénior	Público	15,25
WESTIN ROCO KI BEACH AND GOLF RESORT	República Dominicana	Serviços	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	20,00
Subtotal para 2004					336,17



Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2005					
ADVANS	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	3,50
ALBION RESORT MAURITIUS B	Maurícia	Serviços	Participação	Privado	5,00
AQUALMA III	Madagáscar	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	5,00
BANQUE REGIONALE DES MARCHES B	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	0,61
BIMAO	Regional – África Ocidental	Serviços	Garantia*	Privado	5,00
CAP VERT - SECTEUR FINANCIER PG II	Cabo Verde	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	8,00
CAPE FUND II	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	12,75
CLICO GLOBAL LOAN	Trindade e Tobago	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
COMPAGNIE SUCRIERE DU TCHAD	Chade	Indústria	Garantia	Privado	11,80
DANGOTE CEMENT - C	Nigéria	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	33,06
DEVELOPMENT FINANCE LIMITED IX	Trindade e Tobago	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	7,00
ETUDE EL AOJ	Mauritânia	Indústria	Participação	Privado	5,00
GILGEL GIBE II HYDROPOWER PLANT	Etiópia	Energia	Empréstimo sénior	Público	50,00
GRENLEC III PROJECT	Granada	Energia	Empréstimo sénior	Privado	5,00
KPLC GRID DEVELOPMENT	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Público	43,00
LIAISON MARITIME DAKAR-ZIGUINCHOR	Senegal	Transportes	Empréstimo sénior	Público	10,00
MOMA TITANIUM C	Moçambique	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	2,75
MOPANI COPPER PROJECT	Zâmbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	48,00
NIGER - PG SECTEUR FINANCIER II	Níger	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	8,00
OLKARIA II EXTENSION	Quénia	Energia	Empréstimo sénior	Público	34,08
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	7,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY B	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	6,00
SEPH-NOUADHIBOU	Mauritânia	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	2,50
SEPH-NOUADHIBOU	Mauritânia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	2,50
VRA VII	Gana	Energia	Empréstimo sénior	Público	10,50
ZESCO KARIBA NORTH II	Zâmbia	Energia	Empréstimo sénior	Público	7,60
Subtotal para 2005					353,64
2006					
ACCESS MICROFINANCE HOLDING	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	3,46
ADEMI V	República Dominicana	Serviços	Participação	Privado	0,23
ADEMI V B	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,00
AES SONEL-ELECTRICITY SUPPLY	Camarões	Energia	Empréstimo sénior	Privado	55,00
AES SONEL-ELECTRICITY SUPPLY B	Camarões	Energia	Empréstimo sénior	Privado	10,00
ALBION RESORT MAURITIUS	Maurícia	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	14,00
AMENAGEMENT HYDROELECTRIQUE DE FELOU	Regional – África Ocidental	Energia	Empréstimo sénior	Público	11,00
AMENAGEMENT HYDROELECTRIQUE DE FELOU B	Regional – África Ocidental	Energia	Empréstimo sénior	Público	11,00
AMENAGEMENT HYDROELECTRIQUE DE FELOU C	Regional – África Ocidental	Energia	Empréstimo sénior	Público	11,00
ASTRUM TRAVEL HELICOPTER SERVICES	Belize	Transportes	Empréstimo sénior	Privado	3,56
BDEAC PRET GLOBAL III	Regional – África Central	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	15,00
BDEAC PRET GLOBAL III B	Regional – África Central	Serviços	Garantia	Privado	5,00
BPI KENYA SME FUND	Quénia	Serviços	Participação	Privado	3,92
BPI MADAGASCAR SME FUND	Madagáscar	Serviços	Participação	Privado	2,00
CARIBBEAN DEV BANK IV B	Regional – Caraíbas	Serviços	Garantia	Privado	20,00
DFCU LEASING GLOBAL LOAN II	Uganda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
EADB REGIONAL FINANCE FACILITY	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
ECOCIMENTO FIBRE CEMENT	Moçambique	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	1,30

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS II	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS II B	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS II C	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
ECP AFRICA FUND II	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	38,29
FIRST BANK OF NIGERIA	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	35,00
FIRST BANK OF NIGERIA B	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	15,00
GHANA FINANCIAL SECTOR GLOBAL LOAN II B	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	15,00
I & P	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	3,25
KOLOMBANGARA FOREST PROJECT	Ilhas Salomão	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	3,50
KOUILOU MAGNESIUM PHASE I	Congo	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	13,00
KULA FUND II	Regional – Pacífico	Serviços	Participação	Privado	3,99
LUMWANA COPPER PROJECT A	Zâmbia	Indústria	Empréstimo subordinado e quase-capital	Privado	48,00
LUMWANA COPPER PROJECT B	Zâmbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	19,00
MAPUTO WATER SUPPLY	Moçambique	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	31,00
NAMIBIA - OLD MUTUAL MIDINA FUND	Namíbia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Público	4,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
RW - GL II PRIVATE SECTOR SUPPORT A	Ruanda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,00
SMALL ENTERPRISES GLOBAL LOAN	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	4,00
SMALL TOWN WATER & SANITATION PROGRAM	Etiópia	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	16,50
SOCIETE GENERALE MAURITANIE	Mauritânia	Serviços	Participação	Privado	4,21
Subtotal para 2006					566,21
2007					
ACCORD CADRE GARANTIE AFRIQUE CENTRALE	Regional – África Central	Serviços	Garantia*	Privado	50,00
ADEMI V C	República Dominicana	Serviços	Participação	Privado	0,52
ADENIA FUNDS II	Regional – Oceano Índico	Serviços	Participação	Privado	4,61
AFRICAP II	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	4,01
AIC CARIBBEAN FUND BARBADOS	Regional – Caraíbas	Serviços	Participação	Privado	37,97
BUJAGALI HYDROELECTRIC PROJECT	Uganda	Energia	Empréstimo sénior	Público	92,13
CAPITAL FINANCIAL HOLDING	Regional – África Central	Serviços	Participação	Privado	5,00
CLICO GLOBAL LOAN B	Trindade e Tobago	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
MARTIN S DRIFT KIMBERLITE PROJECT	Botsuana	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	5,00
MICROCRED (PLANET BANK)	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	3,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II B	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	2,00
PEFF-UGANDA	Uganda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	30,00
PRET GLOBAL III (GABON)	Gabão	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	7,00
PRET GLOBAL PRO-PME II	Camarões	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	4,00
PRIVATE ENTERPRISE FINANCE FACILITY	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	20,00
RURAL IMPULSE MICROFINANCE FUND (EQUITY)	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	1,09
RURAL IMPULSE MICROFINANCE FUND MEZZ	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	1,70
RW - GL II PRIVATE SECTOR SUPPORT B	Ruanda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	7,00
TVCABO MULTIMEDIA	Angola	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	15,00
Subtotal para 2007					300,04
2008					
ACCESS BANK LIBERIA	Libéria	Serviços	Participação	Privado	0,96
ADLEVO CAPITAL AFRICA	Maurícia	Serviços	Participação	Privado	13,98
AFRICAN LION MINING FUND III	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	9,67
AFRICINVEST FUND II LLC	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	20,00
ATLANTIC COAST REGIONAL FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	15,65



Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
AUREOS AFRICA FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	27,15
CAPITAL INVESTMENT LINE GL III	Zâmbia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
DERBA MIDROC CEMENT COMPANY	Etiópia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	29,05
DR FINANCING FACILITY	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
DR FINANCING FACILITY B	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
DR FINANCING FACILITY C	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,50
INGA POWER REHABILITATION B	Congo (República Democrática)	Energia	Empréstimo sénior	Público	55,00
JIRAMA WATER II (MADAGASCAR)	Madagáscar	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	23,50
MALAWI GLOBAL LOAN III	Maláui	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	15,00
NFC FORESTRY PROJECT	Uganda	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	5,00
NIGER - PG SECTEUR FINANCIER III	Níger	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	8,00
NORMAN MANLEY INTERNATIONAL AIRPORT	Jamaica	Transportes	Empréstimo sénior	Público	35,00
PMND (DIGICEL SAMOA)	Regional – Pacífico	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	3,70
PMND B (DIGICEL VANUATU)	Regional – Pacífico	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	4,80
PMND C (DIGICEL TONGA)	Regional – Pacífico	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	3,90
PMND D (DIGICEL FUJI)	Regional – Pacífico	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	10,70
SMALL ENTERPRISES GLOBAL LOAN B	República Dominicana	Serviços	Participação*	Privado	1,00
SOCIETE DES PLANTATIONS DE MBANGA	Camarões	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	4,10
Subtotal para 2008					324,66
2009					
ADVANS SA SICAR II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	6,00
AGRI-VIE FUND PCC	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	7,99
BANK OF SAINT LUCIA GLOBAL LOAN II	Santa Lúcia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	9,98
BANQUE DE DEPOT ET DE CREDIT DJIBOUTI	Jibuti	Serviços	Participação	Privado	2,00
BDEAC PRET GLOBAL IV	Regional – África Central	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
BTA TOLL ROAD	República Dominicana	Transportes	Empréstimo sénior	Privado	29,82
CAPE III	Regional – África Ocidental	Serviços	Participação	Privado	28,63
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS III	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS III B	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS III C	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
FIPA - ANGOLA PRIVATE EQUITY FUND	Angola	Serviços	Participação	Privado	4,05
GROFIN AFRICA FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	14,15
LEAPFROG MICROINSURANCE INVESTMENTS	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	15,07
MICROCRED II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	2,00
MICROFINANCE ENHANCEMENT FACILITY	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	35,03
OLKARIA II EXTENSION B	Quênia	Energia	Empréstimo sénior	Público	3,95
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II C	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	3,00
PAN-AFRICAN INVESTMENT PARTNERS II LTD	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	28,37
RWANDA GL III - PRIVATE SECTOR SUPPORT	Ruanda	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
SHORECAP II	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	9,98
SNIM GUELB II	Mauritânia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	75,00
UNELCO WIND POWER	Vanuatu	Energia	Empréstimo sénior	Privado	4,30
Subtotal para 2009					409,32
2010					
ACCESS BANK LIBERIA B	Libéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	1,50
ACCESS MICROFINANCE HOLDING II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	1,73
ADEMI RURAL MICROFINANCE	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	7,00

Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
AFRICA CAPITALISATION FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	28,55
CAPE VERDE WIND POWER PPP	Cabo Verde	Energia	Empréstimo sénior	Privado	30,00
ECOBANK REGIONAL FACILITY II	Regional – África Ocidental	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	50,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS IV	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS IV B	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS IV C	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
INTERACT CLIMATE CHANGE FACILITY	Regional – ACP	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	45,00
INTERACT CLIMATE CHANGE FACILITY B	Regional – ACP	Serviços	Garantia	Privado	5,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II D	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II E	Regional – Pacífico	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	4,00
PHILIPS LIGHTING MASERU	Lesoto	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	5,00
PRET GLOBAL PRO-PME III (CAMEROUN)	Camarões	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
PRIVATE ENTERPRISE FINANCE FACILITY II	Uganda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	40,00
RAWBANK LINE OF CREDIT (DRC)	Congo (República Democrática)	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
REGMIFA MSME INV FUND FOR AFRICA	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	11,27
RURAL IMPULSE MICROFINANCE FUND II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	10,00
Subtotal para 2010					354,05
2011					
ACME HAITI LOCAL CURRENCY LOAN	Haiti	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,00
BOA REGIONAL FACILITY (REGIONAL WEST AFRIKA)	Regional – África Ocidental	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	10,00
CATALYST FUND I	Regional – África Oriental	Serviços	Participação	Privado	8,93
CDB CLIMATE ACTION LINE OF CREDIT	Regional – Caraíbas	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado/Público	50,00
DR FINANCING FACILITY D	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	3,50
DR MICROFINANCE FACILITY II	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,00
DR MICROFINANCE FACILITY II C	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,00
EAC MICROFINANCE LOAN (FAULU)	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	4,00
FEFISOL MICROFINANCE FUND	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	5,00
I AND P CAPITAL (III) LLC LTD	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	12,00
INTERACT CLIMATE CHANGE FACILITY C	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	0,01
JAMAICA TOLL ROAD	Jamaica	Transportes	Empréstimo sénior	Privado	39,13
MAURITIUS LEASING LINE OF CREDIT	Maurícia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
PEFF II KENYA A	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	7,00
PEFF II KENYA B	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,50
PROGRESSION EASTERN AFRICA MICROFIN. EQUITY FUND	Regional – África Oriental	Serviços	Participação	Privado	5,96
RWANDA PRIVATE SECTOR SUPPORT FACILITY	Ruanda	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	8,00
SOFIHDES GL III	Haiti	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
UT BANK GLOBAL LOAN	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	8,00
Subtotal para 2011					193,02
2012					
ACCESS BANK GLOBAL LOAN NIGERIA	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,00
ACCESS MICROFINANCE HOLDING III	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	4,56
ASECNA V	Regional – África	Transportes	Empréstimo sénior	Público	40,00
CONVERGENCE ICT FUND	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	19,25
DBS GLOBAL LOAN VI	Seicheles	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
EAC MICROFINANCE LOAN (CENTENARY)	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	8,00
EAC MICROFINANCE LOAN (K-REP)	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	7,00
EAC MICROFINANCE LOAN (THE CO-OP)	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	20,00
EADB REGIONAL FINANCE FACILITY GL II	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	25,00
FONDS CAURIS CROISSANCE II LIMITED	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	5,00



Estados ACP					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
I AND P AFRIQUE ENTREPRENEURS	Regional – África	Serviços	Participação	Privado	7,00
KRIBI GAS FIRED POWER PLANT	Camarões	Energia	Empréstimo sénior	Privado	29,50
MAURITIUS AIRPORT HOTEL	Maurícia	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	8,00
PEFF II KENYA / C	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	6,50
PEFF III KENYA	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	50,00
PEFF III KENYA - B	Quénia	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	20,00
UBA REGIONAL FACILITY	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,17
Subtotal para 2012					354,98
2013					
DR MICROFINANCE FACILITY II D	República Dominicana	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	1,00
EAC MICROFINANCE LOAN DFCU	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	5,00
EAC MICROFINANCE LOAN II (NMB)	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	20,00
EAC MICROFINANCE LOAN KCB RWANDA	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	6,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF FAMILY BANK	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	10,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF I AND M RWANDA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	8,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF NMB TANZANIA	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	50,00
EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF PRIME BANK	Regional – África Oriental	Linhas de crédito	Linha de crédito*	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V	Regional – ACP	Linhas de crédito	Acordo de agência	Privado	90,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V B	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V C	Regional – ACP	Serviços	Acordo de agência	Privado	5,00
FAMILY BANK	Regional – África Oriental	Serviços	Empréstimo sénior*	Privado	10,00
GHANA FINANCIAL SECTOR GL III A	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
LEAPFROG II	Regional – ACP	Serviços	Participação	Privado	18,83
MALAWI CREDIT LINE	Maláui	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	15,00
MAURITIUS ETHANOL PROJECT	Maurícia	Agricultura, pescas e silvicultura	Empréstimo sénior	Privado	8,00
MICROCRED COTE D IVOIRE	Costa do Marfim	Serviços	Participação	Privado	1,70
NIGERIA SECOND TIER LOAN B	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	50,00
NIGERIA SECOND TIER LOAN C	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
NIGERIA SECOND TIER LOAN D	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
SHELTER-AFRIQUE COMMUNITY DEVELOPMENT	Regional – África	Desenvolvimento urbano	Empréstimo sénior	Privado	15,00
ZENITH BANK MID-CAP LOAN	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	40,00
ZENITH BANK MID-CAP LOAN B	Nigéria	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
Subtotal para 2013					453,53
TOTAL					3 782,55

PTU					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2007					
BCI - LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTAL	Nova Caledónia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
SOCREDO LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENT	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
Subtotal para 2007					10,00
2008					
OCTS FINANCING FACILITY	Regional – PTU	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
Subtotal para 2008					10,00
2010					
NC-LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE II	Nova Caledónia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
SOCREDO LIGNE ENVIRONNEMENTALE II	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,00
Subtotal para 2010					15,00
2013					
BANQUE DE TAHITI GLOBAL LOAN	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	8,00
SOCREDO GLOBAL LOAN VI B	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
Subtotal para 2013					18,00
TOTAL					53,00



4. Lista de operações assinadas a cargo de recursos próprios, 2003-2013 (ACP e PTU)

Estados ACP					
Designação do contrato	Região / país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2003					
BEL OMBRE HOTEL A (SENIOR LOAN)	Maurícia	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	6,10
Subtotal para 2003					6,10
2004					
BOAD PG IV A	Regional – África Ocidental	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	25,00
MAGADI SODA PURE ASH PROJECT / A	Quénia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	8,93
MAURITIUS CONTAINER TERMINAL II	Maurícia	Transportes	Empréstimo sénior	Público	14,00
NOVOTEL DENARAU PROJECT	Fiji	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	6,00
VINLEC IV	São Vicente e Granadinas	Energia	Empréstimo sénior	Público	8,30
Subtotal para 2004					62,23
2005					
CARIBBEAN DEV BANK III FACILITY	Regional – Caraíbas	Linhas de crédito	Linha de crédito	Público	40,00
DANGOTE CEMENT - A	Nigéria	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	57,85
DANGOTE CEMENT - B	Nigéria	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	33,06
SBM GLOBAL LOAN	Maurícia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	20,00
Subtotal para 2005					150,91
2006					
BLPC IV WIND POWER	Barbados	Energia	Empréstimo sénior	Privado	9,75
FIJI POWER	Fiji	Energia	Empréstimo sénior	Público	24,50
GHANA FINANCIAL SECTOR GLOBAL LOAN II C	Gana	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	40,00
LUMWANA COPPER PROJECT C	Zâmbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	18,00
WEST AFRICAN GAS PIPELINE (WAGP)	Gana	Energia	Empréstimo sénior	Público	75,00
Subtotal para 2006					167,25
2007					
AMBATOVY NICKEL PROJECT	Madagáscar	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	260,00
ECOBANK REGIONAL FACILITY	Regional – África Ocidental	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	50,00
INTERCONTINENTAL BANK	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	50,00
MASERU WASTEWATER PROJECT	Lesoto	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	14,30
MUNALI NICKEL PROJECT	Zâmbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	29,51
PROGRAMME EAU SENEGAL	Senegal	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	15,00
SONEB-ALIMENTATION EN EAU URBAINE	Benim	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	13,00
Subtotal para 2007					431,81
2008					
AEP OUAGADOUGOU II	Burquina Faso	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	18,50
ASSAINISSEMENT DAKAR	Senegal	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	20,00
CAPRIVI INTERCONNECTOR PROJECT	Namíbia	Energia	Empréstimo sénior	Público	35,00
DFL REGIONAL SME	Regional – Caraíbas	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	9,00
INGA POWER REHABILITATION A	Congo (República Democrática)	Energia	Empréstimo sénior	Público	55,00
JIRAMA ANDEKALEKA HYDRO	Madagáscar	Energia	Empréstimo sénior	Público	24,50
MALAWI PERI-URBAN WATER & SANITATION	Maláui	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	15,75
PORTS OF CAPE VERDE	Cabo Verde	Transportes	Empréstimo sénior	Público	54,80
Subtotal para 2008					232,55

Estados ACP					
Designação do contrato	Região / país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2009					
BEIRA CORRIDOR (PORT COMPONENT)	Moçambique	Transportes	Empréstimo sénior	Público	65,00
BENIN-TOGO POWER REHABILITATION (BENIN)	Benim	Energia	Empréstimo sénior	Público	32,00
BENIN-TOGO POWER REHABILITATION (TOGO)	Togo	Energia	Empréstimo sénior	Público	3,00
CAMWATER	Camarões	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	40,00
JKIA UPGRADING AND REHABILITATION	Quênia	Transportes	Empréstimo sénior	Público	63,87
MAURITIUS SUGAR INDUSTRY REFORM	Maurícia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	13,00
MAURITIUS SUGAR INDUSTRY REFORM PROJECT B	Maurícia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	15,00
MOMBASA-NAIROBI TRANSMISSION LINE	Quênia	Energia	Empréstimo sénior	Público	60,00
OHORONGO CEMENT NAMIBIA	Namíbia	Indústria	Empréstimo sénior	Privado	82,30
PORT AUTONOME DE POINTE NOIRE	Congo	Transportes	Empréstimo sénior	Público	29,00
Subtotal para 2009					403,17
2010					
AIDBANK LINE OF CREDIT III A	Dominica	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	7,00
AIDBANK LINE OF CREDIT III B	Dominica	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	1,00
DBSKN LINE OF CREDIT IV - B	São Cristóvão e Nevis	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	0,75
DBSKN LINE OF CREDIT IV - A	São Cristóvão e Nevis	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	5,24
ETED POWER TRANSMISSION	República Dominicana	Energia	Empréstimo sénior	Público	26,80
MAURITANIA SUBMARINE CABLE CONNECTION	Mauritânia	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Público	7,32
METOLONG DAM AND WATER SUPPLY PROGRAM	Lesoto	Água e saneamento	Empréstimo sénior*	Público	140,00
NIGERIA FRAMEWORK LOAN A	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	80,00
NIGERIA FRAMEWORK LOAN C	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	55,00
NIGERIA FRAMEWORK LOAN D	Nigéria	Serviços	Empréstimo sénior	Privado	55,00
OLKARIA I & IV GEOTHERMAL EXTENSION	Quênia	Energia	Empréstimo sénior	Público	119,00
TANZANIA BACKBONE INTERCONNECTOR	Tanzânia (República Unida da)	Energia	Empréstimo sénior	Público	100,65
Subtotal para 2010					597,76
2011					
BOAD PG V A	Regional – África Ocidental	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	30,00
BOAD PG V B	Regional – África Ocidental	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	30,00
ENERGY DEVELOPMENT AND ACCESS PROJECT	Moçambique	Energia	Empréstimo sénior	Público	33,89
GREAT EAST ROAD REHABILITATION PROJECT	Zâmbia	Transportes	Empréstimo sénior	Público	80,00
IMPROVEMENT TO REGIONAL AIRPORTS	Tanzânia (República Unida da)	Transportes	Empréstimo sénior	Público	50,00
INTERCONNEXION BOLGATANGA-OUAGADOUGOU	Burquina Faso	Energia	Empréstimo sénior	Público	23,00
LAKE VICTORIA WATSAN - KAMPALA WATER	Uganda	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	75,00
SBM LINE OF CREDIT II	Maurícia	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	30,00
SEYCHELLES SUBMARINE CABLE PROJECT	Seicheles	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Privado	8,00
SEYCHELLES WATER & SANITATION (OWN RESOURCES)	Seicheles	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	26,74
Subtotal para 2011					386,62
2012					
BARRAGE RESERVOIR DE LOM PANGAR	Camarões	Energia	Empréstimo sénior	Público	30,00
CLSG INTERCONNECTION	Regional – África Ocidental	Energia	Empréstimo sénior	Público	75,00
EASTERN AFRICA TRANSPORT CORRIDOR	Uganda	Transportes	Empréstimo sénior	Público	55,00
ITEZHI- TEZHI HYDRO PROJECT	Zâmbia	Energia	Empréstimo sénior	Público	50,00
MOUNT COFFEE HYDRO GEN REHABILITATION	Libéria	Energia	Empréstimo sénior	Público	50,00
TRANSMISSION LINE KAFUE-LIVINGSTONE	Zâmbia	Energia	Empréstimo sénior	Público	22,00
Subtotal para 2012					282,00



2013					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
AEP OUAGADOUGOU III	Burquina Faso	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	33,00
KABALA AEP BAMAKO	Mali	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	50,00
LAKE VICTORIA WATSAN - MWANZA	Tanzânia (República Unida da)	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	45,00
TERRESTRIAL TELECOM CABLE PROJECT	Mauritânia	Telecomunicações	Empréstimo sénior	Público	15,00
ZAMBIA WATER AND SANITATION PROJECT	Zâmbia	Água e saneamento	Empréstimo sénior	Público	75,00
Subtotal para 2013					218,00
TOTAL					2 938,40
PTU					
Designação do contrato	Região ou país	Setor	Natureza da operação	Setor público ou privado	Montante assinado (milhões de EUR)
2009					
SOCGEN – LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTAL	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	10,00
Subtotal para 2009					10,00
2012					
TAHITI CENTRE HOSPITALIER SWAC	Polinésia Francesa	Energia	Empréstimo sénior	Público	7,50
Subtotal para 2012					7,50
2013					
SOCREDO GLOBAL LOAN VI A	Polinésia Francesa	Linhas de crédito	Linha de crédito	Privado	22,50
Subtotal para 2013					22,50
TOTAL					40,00



5. Linhas de crédito concedidas (FI e RP, ACP e PTU), 2003-2013

ESTADOS ACP					
País	Nome	Data de assinatura	Montante assinado	Montante afetado	Número de afetações
FACILIDADE DE INVESTIMENTO					
Burquina Faso	PG BURKINA FASO II	08/12/03	10,00	6,85	19
Burquina Faso	PG BURKINA FASO CREDIT BAIL II	08/12/03	2,00	2,00	11
Camarões	DEV. DU SECTEUR PRIVE PG II A CAMEROUN	16/12/03	3,00	3,00	44
Camarões	DEV. DU SECTEUR PRIVE PG II B CAMEROUN *	16/12/03	25,00	0,00	0
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS (EFP)	13/05/04	90,00	53,68	11
Uganda	DFCU LEASING GLOBAL LOAN	09/08/04	5,00	5,00	11
Gabão	PRET GLOBAL II (GABON) B	18/10/04	3,50	3,50	4
Gabão	PRET GLOBAL II (GABON) *	18/10/04	6,50	0,00	0
Nigéria	NIGERIA GLOBAL LOAN	06/12/04	50,00	49,63	26
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY (Development Bank of Samoa)	15/10/05	7,00	6,88	279
Níger	NIGER - PG SECTEUR FINANCIER II	26/10/05	8,00	8,00	45
Trindade e Tobago	CLICO GLOBAL LOAN	03/11/05	20,00	10,71	5
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY B (Tonga Development Bank)	15/12/05	6,00	0,07	1
Cabo Verde	CAP VERT - SECTEUR FINANCIER PG II *	20/12/05	8,00	0,00	0
Trindade e Tobago	DEVELOPMENT FINANCE LIMITED IX	20/12/05	7,00	6,85	12
Namíbia	NAMIBIA - OLD MUTUAL MIDINA FUND *	10/03/06	4,00	0,00	0
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS II	12/05/06	90,00	68,29	11
Regional – África Central	BDEAC PRET GLOBAL III	24/05/06	15,00	15,00	4
Uganda	DFCU LEASING GLOBAL LOAN II	28/06/06	10,00	6,00	11
Regional – África Oriental	EADB REGIONAL FINANCE FACILITY *	17/11/06	25,00	0,00	0
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II (National Bank of Palau)	05/12/06	5,00	2,95	41
República Dominicana	SMALL ENTERPRISES GLOBAL LOAN	19/12/06	3,20	4,00	7 800
República Dominicana	ADEMI V B	19/12/06	3,00	4,00	234
Ruanda	RW – GL II PRIVATE SECTOR SUPPORT A	21/12/06	3,00	3,00	4
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR GLOBAL LOAN II B	22/12/06	15,00	12,07	6
Ruanda	RW – GL II PRIVATE SECTOR SUPPORT B	02/02/07	7,00	7,02	17
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II B (Development Bank of Niue)*	23/02/07	2,00	0,00	0
Gabão	PRET GLOBAL III (GABON) *	07/05/07	7,00	0,00	0
Camarões	PRET GLOBAL PRO-PME II	28/06/07	4,00	4,00	30
Uganda	PEFF-UGANDA	31/08/07	30,00	20,92	30
Quênia	PRIVATE ENTERPRISE FINANCE FACILITY *	07/12/07	20,00	0,00	0
Trindade e Tobago	CLICO GLOBAL LOAN B *	21/12/07	10,00	0,00	0
Maláui	MALAWI GLOBAL LOAN III	04/06/08	15,00	5,84	4
República Dominicana	DR FINANCING FACILITY	12/08/08	5,00	5,00	9 600
República Dominicana	DR FINANCING FACILITY B	12/08/08	10,00	10,00	888
República Dominicana	DR FINANCING FACILITY C	12/08/08	3,50	3,50	3 579
Zâmbia	CAPITAL INVESTMENT LINE GL III	26/11/08	20,00	0,89	1
Níger	NIGER - PG SECTEUR FINANCIER III	19/12/08	8,00	7,13	21
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS III	08/05/09	90,00	16,83	2
Regional – África Central	BDEAC PRET GLOBAL IV *	26/08/09	25,00	0,00	0
Ruanda	RWANDA GL III - PRIVATE SECTOR SUPPORT	05/10/09	5,00	3,81	4
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II C *	20/10/09	3,00	0,00	0
Santa Lúcia	BANK OF SAINT LUCIA GLOBAL LOAN II	18/12/09	10,50	2,28	3
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II D	15/02/10	5,00	2,97	12
Camarões	PRET GLOBAL PRO-PME III (CAMEROUN)	28/06/10	5,00	3,19	16
Regional – Pacífico	PACIFIC ISLANDS FINANCING FACILITY II E	30/08/10	4,00	0,00	0
República Dominicana	ADEMI RURAL MICROFINANCE	01/11/10	7,00	0,00	0
Congo (República Democrática)	RAWBANK LINE OF CREDIT (DRC) *	03/11/10	5,00	0,00	0
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS IV	08/12/10	90,00	0,00	0
Uganda	PRIVATE ENTERPRISE FINANCE FACILITY II	20/12/10	40,00	40,08	56
Ruanda	RWANDA PRIVATE SECTOR SUPPORT FACILITY	19/09/11	8,00	0,00	0
República Dominicana	DR FINANCING FACILITY D	10/10/11	3,50	3,50	1
Haiti	SOFIHDES GL III	28/10/11	5,00	2,78	17
Haiti	ACME HAITI LOCAL CURRENCY LOAN	28/11/11	3,00	0,00	0
Quênia	PEFF II KENYA A	16/12/11	7,00	7,00	11
Maurícia	MAURITIUS LEASING LINE OF CREDIT	19/12/11	5,00	0,00	0
República Dominicana	DR MICROFINANCE FACILITY II	20/12/11	6,00	0,00	0
Gana	UT BANK GLOBAL LOAN	20/12/11	8,00	5,39	5
Quênia	PEFF II KENYA B	21/12/11	6,50	1,70	4
República Dominicana	DR MICROFINANCE FACILITY II C	28/12/11	6,00	0,00	0
Regional – Caraíbas	CDB CLIMATE ACTION LINE OF CREDIT	29/12/11	50,00	0,00	0
Quênia	PEFF III KENYA	11/04/12	50,00	25,39	3
Quênia	PEFF III KENYA - B	11/04/12	20,00	6,02	6



País	Nome	Data de assinatura	Montante assinado	Montante afetado	Número de afetações
ESTADOS ACP					
Seicheles	DBS GLOBAL LOAN VI	24/08/12	5,00	0,00	0
Quênia	PEFF II KENYA / C	04/09/12	6,50	0,00	0
Nigéria	UBA REGIONAL FACILITY	12/11/12	50,17	0,00	0
Regional – África Oriental	EADB REGIONAL FINANCE FACILITY II	27/12/12	25,00	3,18	4
Nigéria	ACCESS BANK GLOBAL LOAN NIGERIA	28/12/12	50,00	19,16	3
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF	27/06/13	50,00	5,94	4
Nigéria	ZENITH BANK MID-CAP LOAN	21/08/13	40,00	0,00	0
Nigéria	ZENITH BANK MID-CAP LOAN B	21/08/13	20,00	0,00	0
Regional – ACP	EDFI EUROPEAN FINANCING PARTNERS V	30/08/13	90,00	0,00	0
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF PRIME BANK	27/09/13	5,00	0,00	0
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF FAMILY BANK	27/09/13	10,00	0,00	0
Maláui	MALAWI CREDIT LINE	12/11/13	15,00	0,00	0
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN B	11/12/13	50,00	0,00	0
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN C	11/12/13	25,00	0,00	0
Nigéria	NIGERIA SECOND TIER LOAN D	13/12/13	25,00	0,00	0
República Dominicana	DR MICROFINANCE FACILITY II D	13/12/13	1,00	0,00	0
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR GL III A	23/12/13	20,00	0,00	0
Regional – África Oriental	EAST AND CENTRAL AFRICA PEFF	23/12/13	8,00	0,00	0
RECURSOS PRÓPRIOS					
Regional – África Ocidental	BOAD PG IV A	10/12/04	25,00	25,00	6
Maurícia	SBM GLOBAL LOAN	28/07/05	20,00	20,00	4
Regional – Caraíbas	CARIBBEAN DEV BANK III FACILITY	22/12/05	40,00	39,98	9
Gana	GHANA FINANCIAL SECTOR GLOBAL LOAN II C	22/12/06	40,00	10,73	3
Regional – Caraíbas	DFL REGIONAL SME	22/12/08	9,00	4,54	5
Dominica	AIDBANK LINE OF CREDIT III A	14/07/10	7,00	4,41	11
Dominica	AIDBANK LINE OF CREDIT III B	20/09/10	1,00	0,00	0
São Cristóvão e Nevis	DBSKN LINE OF CREDIT IV A *	17/12/10	5,24	0,00	0
São Cristóvão e Nevis	DBSKN LINE OF CREDIT IV - B *	17/12/10	0,75	0,00	0
Maurícia	SBM LINE OF CREDIT II	16/05/11	30,00	15,76	13
Regional – África Ocidental	BOAD PG V A	15/06/11	30,00	15,00	3
Regional – África Ocidental	BOAD PG V B	15/06/11	30,00	4,92	1
Total para os Estados ACP			1 766,86	625,34	22 955
PTU					
País	Nome	Data de assinatura	Montante assinado	Montante afetado	Número de afetações
FACILIDADE DE INVESTIMENTO					
Nova Caledónia	BCI - LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTAL	29/11/07	5,00	5,00	3
Polinésia Francesa	SOCREDO LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENT	10/12/07	5,00	3,83	8
Regional – PTU	OCTS FINANCING FACILITY *	09/05/08	10,00	0,00	0
Nova Caledónia	NC-LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTALE II *	08/07/10	10,00	0,00	0
Polinésia Francesa	SOCREDO LIGNE ENVIRONNEMENTALE II	09/07/10	5,00	5,00	11
Polinésia Francesa	BANQUE DE TAHITI GLOBAL LOAN	22/03/13	8,00	0,00	0
Polinésia Francesa	SOCREDO GLOBAL LOAN VI B	18/11/13	10,00	0,00	0
RECURSOS PRÓPRIOS					
Polinésia Francesa	SOCGEN - LIGNE DE CREDIT ENVIRONNEMENTAL *	19/10/09	10,00	0,00	0
Polinésia Francesa	SOCREDO GLOBAL LOAN VI A	18/11/13	22,50	0,00	0
Total para os PTU			85,50	13,83	22

* contrato anulado após a assinatura

6. Operações de assistência técnica assinadas em 2013

Nome da operação	País / região	Setor	Tipo	Montante do contrato em EUR
Criação de Instituições de Microfinanciamento na Costa do Marfim	Costa do Marfim	Setor financeiro	Preparação do projeto	400 000
Mecanismo de AT para o Instrumento de Microfinanciamento da Comunidade da África Oriental (CAO)	Regional	Setor financeiro	Implementação do projeto	46 054
Investisseurs & Partenaires Afrique Entrepreneurs (IPAE)	Regional	Setor financeiro	Implementação do projeto	1 000 000
Assistência Técnica à Linha de Crédito de Ação Climática a favor do Banco de Desenvolvimento das Caraíbas - 1.ª Fase	Regional	Setor financeiro	Preparação do projeto	175 325
Assistência Técnica ao Reforço de Capacidades do Banco de Desenvolvimento das Seicheles	Seicheles	Setor financeiro	Preparação do projeto	294 675
Estudo de Serviços Bancários e Financeiros Móveis em países ACP selecionados	Regional	Setor financeiro	Preparação do projeto	294 000
Cenários de Produção de Eletricidade para Moçambique - Hierarquização de Investimentos	Moçambique	Energia	Preparação do projeto	49 950
Sistema de Águas Residuais de Kigali - Projeto de engenharia e preparação do dossier do concurso	Ruanda	Água e saneamento	Preparação do projeto	667 400
TOTAL				2 927 404

7. Dotações destinadas a bonificações de juros, 2003-2013

Designação do contrato ACP	País/região	Setor	Justificação	Montante estimado da bonificação em EUR	Montante do empréstimo em EUR
Primeiro Protocolo Financeiro: montante da dotação destinada a bonificações de juros: 187 000 000					
SONABEL III	Burquina Faso	Energia	Social	2 160 000	15 250 000
Liaison maritime Dakar-Ziguinchor	Senegal	Transportes	PPAE	2 396 000	10 000 000
Compagnie Sucrière du Tchad – Garantie	Chade	Agroindústria	Ambiental e social	1 800 000	11 800 000
Gilgel Gibe II – Hydropower Plant	Etiópia	Energia	PPAE	18 410 000	50 000 000
KPLC Grid Development Project	Quênia	Energia	PPAE	10 290 000	43 000 000
VRA VII	Gana	Energia	PPAE	2 580 000	10 500 000
Maputo Water Supply	Moçambique	Água	PPAE	9 152 000	31 000 000
Fiji Power	Fiji	Energia	Ambiente	4 251 000	24 500 000
Ecocimento Fibre Cement Project	Moçambique	Indústria	Ambiente	157 070	1 300 000
West African Gas Pipeline	Regional - África Ocidental	Energia	PPAE	18 148 000	75 000 000
Small Town Water and Sanitation Project	Etiópia	Água	PPAE	4 608 000	16 500 000
BLPC IV Wind Power Project	Barbados	Energia	Ambiente	1 960 000	9 750 000
Pacific Islands Financing Facility II-B	Regional – Pacífico	Setor financeiro	Catástrofe natural	327 000	2 000 000
Maseru Wastewater Project	Lesoto	Água	Social	3 176 000	14 300 000
Programme Eau Sénégal – SONES Water Programme	Senegal	Água	Social	1 408 000	15 000 000
SONEB - Alimentation en Eau Urbaine	Benim	Água	PPAE	4 011 000	13 000 000
Jirama Andekaleka Hydro	Madagáscar	Energia	PPAE	8 028 000	24 500 000
AEP Ouagadougou II	Burquina Faso	Água	PPAE	5 917 000	18 500 000
NFC Forestry Project	Uganda	Silvicultura	Ambiente	677 000	5 000 000
Malawi Peri-Urban Water and Sanitation	Maláui	Água	PPAE	3 895 000	15 750 000
INGA Power Rehabilitation	Congo (RD)	Energia	PPAE	18 786 000	110 000 000
Norman Manley International Airport	Jamaica	Infraestruturas	Privatização	3 500 000	35 000 000
TOTAL				125 637 070	551 650 000
Segundo Protocolo Financeiro: montante da dotação destinada a bonificações de juros: 400 000 000					
Assainissement Dakar	Senegal	Saneamento	PPAE	5 644 000	20 000 000
Unelco Wind Power	Vanuatu	Energia	Ambiental e social	648 000	4 300 000
Sugar Industry Reform Project	Maurícia	Indústria	Reforma – setor do açúcar	703 289	28 000 000
Sugar Industry Reform Project B	Maurícia	Indústria	Reforma – setor do açúcar	413 322	28 000 000
Mombasa-Nairobi Transmission Line	Quênia	Energia	Social	15 597 000	60 000 000
Camwater	Camarões	Água	PPAE	10 944 000	40 000 000
Olkaria I & IV Geothermal Extension	Quênia	Energia	Ambiente	29 043 000	119 000 000
Metolong Dam & Water Supply Programme	Lesoto	Água	PPAE	32 406 000	140 000 000
Philips Lighting Maseru	Lesoto	Indústria	PPAE	650 000	5 000 000
DBSKN Line of Credit IV	São Cristóvão e Neves	Setor financeiro	Ambiente	106 000	5 990 000
AIDBANK GL III	Domínica	Setor financeiro	Ambiente	124 000	8 000 000
Energy Development and Access Project	Moçambique	Energia	PPAE	9 848 000	33 890 000
Kampala Water - Lake Victoria Watsan	Uganda	Água	PPAE	27 000 000	75 000 000
BOAD PG V	Regional - África Ocidental	Setor financeiro	PPAE	6 955 000	60 000 000
CDB Climate Action Line of Credit	Regional - Caraíbas	Setor financeiro	Ambiente	7 360 000	50 000 000
Tanzania Improvement to Regional Airports	Tanzânia	Transportes	PPAE	12 027 000	50 000 000
Seychelles Water and Sanitation	Seicheles	Água	Ambiental e social	6 456 000	26 740 000
CLSG Interconnection	Regional - África Ocidental	Energia	Ambiente	23 505 000	370 000 000
Mount Coffee Liberia	Libéria	Energia	PPAE	13 686 000	186 200 000
Terrestrial Telecom Cable Project	Mauritania	Telecomunicações	PPAE	4 947 000	15 000 000
AEP Ouagadougou III	Burquina Faso	Água	PPAE	7 932 000	33 000 000
Zambia Water and Sanitation	Zâmbia	Água	PPAE	24 374 500	75 000 000
Mauritius Ethanol Project	Maurícia	Agricultura	Ambiental e social	611 000	8 000 000
Kabala AEP Bamako	Mali	Água	PPAE	12 500 000	50 000 000
TOTAL				253 121 105	1 491 120 000



Designação do contrato PTU	País/região	Setor	Justificação	Montante estimado da bonificação em EUR	Montante do empréstimo em EUR
Primeiro Protocolo Financeiro: montante da dotação destinada a bonificações de juros: 2 000 000					
BCI Credit Line	Nova Caledónia	Setor financeiro	Ambiente	500 000	5 000 000
SOCREDO Credit Line	Polinésia Francesa	Setor financeiro	Ambiente	500 000	5 000 000
TOTAL				1 000 000	10 000 000
Segundo Protocolo Financeiro: montante da dotação destinada a bonificações de juros: 1 500 000					
SocGen FR Polynesia Env GL	Polinésia Francesa	Setor financeiro	Ambiente	491 000	10 000 000
NC-Ligne de Credit Environnementale II	Nova Caledónia	Setor financeiro	Ambiente	358 000	10 000 000
SOCREDO-Ligne Environnementale II	Polinésia Francesa	Setor financeiro	Ambiente	255 000	5 000 000
SOCREDO GL VI B	Polinésia Francesa	Setor financeiro	Ambiente	1 248 538	10 000 000
TA Fonds d'Accompagnement de l'Association Graine / NC - Ligne Credit Environnementale II	Nova Caledónia	Setor financeiro	Ambiente	30 000	10 000
TOTAL				2 382 538	35 010 000

8. Demonstrações financeiras abreviadas da Facilidade de Investimento em 31 de dezembro de 2013²⁸

Demonstração da posição financeira

em 31 de dezembro de 2013 (em milhares de EUR)

	Notas	31.12.2013	31.12.2012
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	5	599 515	466 568
Instrumentos financeiros derivados	6	1 024	115
Empréstimos e contas a receber	7	1 222 199	1 146 280
Ativos financeiros disponíveis para venda	8	331 699	333 001
Valores a receber dos doadores	9/15	-	87 310
Ativos financeiros detidos até à data de vencimento	10	102 562	99 029
Outros ativos	11	148	224
Total do ativo		2 257 147	2 132 527
PASSIVO E RECURSOS DOS DOADORES			
PASSIVO			
Instrumentos financeiros derivados	6	3 545	7 035
Contas de regularização	12	35 083	37 808
Dívidas a terceiros	13	331 235	312 086
Outros passivos	14	2 572	1 153
Total do passivo		372 435	358 082
RECURSOS DOS DOADORES			
Fração exigida da contribuição dos Estados-Membros	15	1 661 309	1 561 309
Reserva de justo valor		78 191	68 434
Lucros não distribuídos		145 212	144 702
Total dos recursos dos doadores		1 884 712	1 774 445
Total do passivo e dos recursos dos doadores		2 257 147	2 132 527

²⁸ As demonstrações financeiras completas e os respetivos anexos encontram-se disponíveis para download em www.eib.org ou podem ser solicitadas por e-mail: info@eib.org

Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em milhares de EUR)

	Notas	De 01.01.2013 a 31.12.2013	De 01.01.2012 a 31.12.2012
Juros e proveitos equiparados	17	68 270	67 503
Juros e custos equiparados	17	-1 175	-1 114
Juros e proveitos equiparados líquidos		67 095	66 389
Receitas de comissões	18	4 051	1 934
Despesas de comissões	18	-43	-292
Receita líquida de comissões		4 008	1 642
Varição do justo valor dos instrumentos financeiros derivados		4 399	5 348
Ganhos líquidos realizados de ativos financeiros disponíveis para venda	19	5 294	1 045
Perdas cambiais líquidas		-6 925	-10 575
Resultado líquido de operações financeiras		2 768	-4 182
Varição da imparidade de empréstimos e contas a receber, líquida de reversões	7	-27 334	597
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda	8	-8 176	-8 927
Imparidade de outros ativos	20	-	-337
Gastos gerais administrativos	21	-37 851	-36 202
Resultado do exercício		510	18 980
Outro rendimento integral:			
Elementos que são ou podem ser reclassificados nos resultados:			
Ativos financeiros disponíveis para venda – reserva de justo valor	8		
1. Variação líquida do justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda		12 350	18 551
2. Montante líquido transferido para resultados		-2 593	8 133
Total de ativos financeiros disponíveis para venda		9 757	26 684
Total de outro rendimento integral		9 757	26 684
Total do rendimento integral do exercício		10 267	45 664



Mapa da variação dos recursos dos doadores

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em milhares de EUR)

		Contribuição exigida	Reserva de justo valor	Lucros não distribuídos	Total
Em 1 de janeiro de 2013	Notas	1 561 309	68 434	144 702	1 774 445
Contribuição dos Estados-Membros exigida durante o exercício	15	100 000	-	-	100 000
Resultado do exercício 2013		-	-	510	510
Total do outro rendimento integral do exercício		-	9 757	-	9 757
Variação dos recursos dos doadores		100 000	9 757	510	110 267
Em 31 de dezembro de 2013		1 661 309	78 191	145 212	1 884 712

		Contribuição exigida	Reserva de justo valor	Lucros não distribuídos	Total
Em 1 de janeiro de 2012	Notas	1 281 309	41 750	125 722	1 448 781
Contribuição dos Estados-Membros exigida durante o exercício	15	280 000	-	-	280 000
Resultado do exercício 2012		-	-	18 980	18 980
Total do outro rendimento integral do exercício		-	26 684	-	26 684
Variação dos recursos dos doadores		280 000	26 684	18 980	325 664
Em 31 de dezembro de 2012		1 561 309	68 434	144 702	1 774 445

Demonstração dos fluxos de caixa

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (em milhares de EUR)

	Notas	De 01.01.2013 a 31.12.2013	De 01.01.2012 a 31.12.2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		510	18 980
Ajustamentos para:			
Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda		8 176	8 927
Variação líquida das perdas por imparidade de empréstimos e contas a receber		27 334	-597
Juros capitalizados de empréstimos e contas a receber	7	-10 363	-9 622
Variação dos juros vencidos e do custo amortizado de empréstimos e contas a receber		-249	-1 407
Variação dos juros vencidos e do custo amortizado de ativos detidos até à data de vencimento		733	-751
Variação da conta de regularização		-2 725	4 805
Efeito das flutuações cambiais nos empréstimos concedidos		30 402	16 044
Efeito das flutuações cambiais nos ativos financeiros disponíveis para venda		-1 154	-1 204
Efeito das flutuações cambiais nas disponibilidades		-378	-389
Resultado das atividades operacionais antes da variação dos ativos e passivos operacionais		52 286	34 786
Desembolsos de empréstimos	7	-242 203	-233 018
Reembolsos de empréstimos	7	119 160	115 480
Variação dos juros vencidos sobre caixa e equivalentes de caixa		-1	389
Variação do justo valor dos instrumentos derivados		-4 399	-5 348
Variação do valor de ativos financeiros detidos até à data de vencimento	10	-680 635	-98 278
Vencimento de ativos financeiros detidos até à data de vencimento	10	676 369	
Variação do valor de ativos financeiros disponíveis para venda	8	-34 700	-81 981
Reembolso/Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	8	38 737	19 601
Variação de outras rubricas do ativo		76	192
Variação de outras rubricas do passivo		1 419	40
Variação dos montantes a pagar ao Banco Europeu de Investimento		-6 539	6 876
Fluxos de caixa líquidos originados pelas atividades operacionais		-80 430	-241 261
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Contribuição recebida dos Estados-Membros		187 310	236 345
Montantes recebidos dos Estados-Membros a título de bonificações de juros		50 000	43 655
Montantes pagos por conta dos Estados-Membros a título de bonificações de juros		-24 312	-24 450
Fluxos de caixa líquidos originados pelas atividades de financiamento		212 998	255 550
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		132 568	14 289
Mapa resumo dos fluxos de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		466 561	451 882
Fluxos de caixa líquidos originados por:			
Atividades operacionais		-80 430	-241 261
Atividades de financiamento		212 998	255 550
Efeito das flutuações cambiais na rubrica Caixa e equivalentes de caixa		378	389
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		599 507	466 561
Composição da rubrica Caixa e equivalentes de caixa:			
Dinheiro em caixa		194 107	10 588
Depósitos a prazo (excluindo juros vencidos)		405 400	455 973
		599 507	466 561



9. Lista de siglas e abreviaturas

A	
ABC	<i>African Banking Corporation</i>
ACE	<i>Africa Coast to Europe</i>
Acordo de Cotonu	Acordo de Parceria ACP-UE de 2000-2020
ACP	África, Caraíbas e Pacífico
AEP	<i>Assainissement des Eaux Potables</i>
AFD	<i>Agence Française de Développement</i>
AIE	Agência Internacional de Energia
Aprovações	Projetos aprovados para financiamento pelos órgãos de decisão do BEI
ASS	África Subsariana
AT	Assistência técnica
B	
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
BJ	Bonificações de juros
BOAD	<i>Banque Ouest Africaine de Développement</i>
C	
CAO	Comunidade da África Oriental
CE	Comissão Europeia
CLSG	Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa e Guiné
CO ₂	Dióxido de carbono
CSP	Energia solar concentrada
D	
DEG	<i>Deutsche Investitions- und Entwicklungsgesellschaft mbH</i>
Desembolsos	Empréstimos e investimentos pagos
E	
ECA PEFF	<i>East and Central Africa Private Enterprise Finance Facility</i>
EFP	<i>European Financing Partners</i>
ETI	Equivalente a tempo inteiro
EUR	Euro
F	
FED	Fundo Europeu de Desenvolvimento
FFI	Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas
FGAE	Fundo de Garantia Africano para a Energia
FI	Facilidade de Investimento
FIPAG	Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água
FMB	<i>First Merchant Bank</i>
FMO	Sociedade Neerlandesa para o Financiamento do Desenvolvimento
G	
GEEREF	Fundo Mundial para a Eficiência Energética e as Energias Renováveis
I	
ICA	Consórcio para as Infraestruturas em África
IDR	Iniciativa de Delegação Recíproca
IEFD	Instituições europeias de financiamento do desenvolvimento
IES	Instrumento para a Sustentabilidade Energética
IESA	Instrumento de Energia Sustentável para África
IFD	Instituição de financiamento do desenvolvimento
IFI	Instituição financeira internacional
IITA	Iniciativa Internacional para a Transparência da Ajuda
IRM	Imagem por ressonância magnética
K	
KfW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>
km	Quilómetros
M	
m ³ /h	Metros cúbicos por hora
Milhões de EUR	Milhões de euros
MFW4A	<i>Making Finance Work for Africa Partnership</i> (Parceria para o Desenvolvimento do Setor Financeiro em África)
mM	Mil milhões
MPE	Micro e pequenas empresas
MPME	Micro, pequenas e médias empresas
MW	Megawatts

N	
NDE	Norma de Desempenho de Emissões
O	
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
P	
Países ACP	Países da África, Caraíbas e Pacífico
PDER	Plataforma para o Desempenho na área das Energias Renováveis
PEFF	<i>Private Enterprise Finance Facility</i>
PFA	Parceria para o Financiamento em África
PIB	Produto interno bruto
PIDA	Programa para o Desenvolvimento das Infraestruturas em África
PME	Pequenas e médias empresas
PPP	Parceria público-privada
Proparco	<i>Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique</i>
PTU	Países e Territórios Ultramarinos
Q	
Quase-capital	Instrumentos que incorporam características dos empréstimos e das participações de capital
R	
RAS	República da África do Sul
RD	República Dominicana
Receitas de operações precedentes	Reembolsos de empréstimos e investimentos
REDD+	<i>Reducing Emission from Deforestation and Forest Degradation</i> (Redução das Emissões devidas à Desflorestação e à Degradação Florestal)
REM	Quadro de Medição de Resultados
RM	Ressonância magnética
RP	Recursos próprios do BEI
S	
SE4All	Iniciativa da ONU «Energia Sustentável para Todos»
SEAE	Serviço Europeu para a Ação Externa
SFI	Sociedade Financeira Internacional
SHAF	Shelter Afrique
T	
TC	Tomografia computadorizada
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TZS	Xelim tanzaniano
U	
UA	União Africana
UE	União Europeia
USD	Dólar dos Estados Unidos
W	
WSUP	<i>Water and Sanitation for the Urban Poor</i> (Água e Saneamento para a População Pobre Urbana)

10. Endereços do BEI

Banco Europeu de Investimento

98-100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxembourg

+352 43 79-1
+352 437704

www.eib.org/acp – info@eib.org

Gabinetes Regionais nos Estados ACP e nos PTU

Caraíbas / República Dominicana

1063, Ave. Abraham Lincoln,
Ensanche Serrallés
Santo Domingo

+1 8094734496
+1 8094734031
caribbeanoffice@eib.org

África Central e Oriental / Nairobi

África Re Centre, 5th Floor,
Hospital Road, PO Box 40193
KE-00100 Nairobi

+254 202735260
+254 202713278
nairobioffice@eib.org

Pacífico / Sydney

Level 25
88 Phillip Street
Sydney NSW 2000
Austrália

+61 282110536
+61 282110538
pacificoffice@eib.org

África Austral e Oceano Índico / Tshwane (Pretória)

5, Greenpark Estate
27, George Storrar Drive
Groenkloof 0181, Tshwane Pretoria
África do Sul

+27 124250460
+27 124250470
southernafricaoffice@eib.org

África Ocidental e Sahel / Dacar

3, rue du Docteur Roux
BP 6935 Dakar-Plateau
Senegal

+221 338894300
+221 338429712
dakaroffice@eib.org

O BEI agradece aos seguintes promotores e fornecedores pelas fotografias que ilustram o presente relatório:

© Fototeca do BEI © KfW/Bernard Schurian, © KfW/Fred Hoogervorst, © Peter Casaer, © Water for people, © Ute Grabowsky KfW Bildarchiv, © Mediateca da Fondation Grameen Crédit Agricole / Philippe LISSAC, © OHORONGO Cemant (PTY) Ltd., © KfW, © EuropeAid, © Banco Mundial/Dominic Chavez, fotógrafo, © NTIA, © ADB/BAD, © Access Microfinance Holding AG, © Ute Grabowsky KfW Bildarchiv, © Fundación Dominica de Desarrollo, © KfW/Ute Grabowsky, © Abengoa Solar S.A. 2014, © Banco Mundial/Arne Hoel, fotógrafo, © Thomas Imo/fototeca do KfW.

Paginação: Equipa gráfica do BEI.



Impresso na *Imprimerie Centrale* em papel MagnoSatin com tintas à base de óleos vegetais. Este papel, certificado em conformidade com as regras do *Forest Stewardship Council* (FSC), é composto em 100 % por fibra virgem (50 % da qual provém de florestas bem geridas).

Balcão de Informação

Departamento de Responsabilidade
Empresarial e Comunicação

☎ +352 4379-22000

☎ +352 4379-62000

✉ info@bei.org

Banco Europeu de Investimento

98-100, boulevard Konrad Adenauer
L-2950 Luxembourg

☎ +352 4379-1

☎ +352 437704

www.bei.org



www.bei.org/acp